

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES- CECA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO NÍVEL  
DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**POLÍTICAS DE ESPORTE ADAPTADO: UM ESTUDO DA ATACAR –  
ASSOCIAÇÃO TOLEDENSE DE ATLETAS EM CADEIRA DE RODAS DE  
TOLEDO – PR**

**LUANA CRISTINA MARCHI DOS SANTOS MÜLLER**

**CASCADEL – PR  
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES- CECA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO NÍVEL  
DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**POLÍTICAS DE ESPORTE ADAPTADO: UM ESTUDO DA ATACAR –  
ASSOCIAÇÃO TOLEDENSE DE ATLETAS EM CADEIRA DE RODAS  
DE TOLEDO – PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação – PPGE, área de concentração em *Sociedade, Estado e Educação*, linha de pesquisa em *Educação, Políticas Sociais e Estado*, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65  
 Rua Universitária, 2009 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110  
 Fone (45) 3220-3000 - Fax (45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



**PARANÁ**  
 GOVERNO DO ESTADO

**LUANA CRISTINA MARCHI DOS SANTOS MÜLLER**

Políticas de Esporte Adaptado: Um Estudo da Atacar - Associação Toledense de Atletas em Cadeiras de Rodas de Toledo - PR.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, Políticas Sociais e Estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Marlene Zago Figueiredo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Marcio Pascoal Cassandre

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Elisabeth Rossetto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Roberto Antonio Deitos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 5 de abril de 2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Müller, Luana Cristina Marchi dos Santos  
Políticas de Esporte Adaptado: um estudo da  
ATACAR- Associação Toledense de Atletas em Cadeira  
de Rodas Toledo-Pr / Luana Cristina Marchi dos  
Santos Müller; orientador(a), Ireni Marilene Zago  
Figueiredo, 2018.  
98 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do  
Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de  
Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-  
Graduação em Educação, 2018.

1. Políticas de inclusão. 2. Pessoas com  
deficiência. 3. Associação de Atletas em Cadeira de  
Rodas. 4. Esporte adaptado. I. Figueiredo, Ireni  
Marilene Zago. II. Título.

As revistas, as revoltas, as conquistas da juventude  
São heranças, são motivos Pras mudanças de atitude.  
Os discos, as danças, os riscos da juventude  
A cara limpa, a roupa suja, esperando que o tempo mude. [...]

Humberto Gessinger

## AGRADECIMENTO

À professora Ireni Marilene Zago Figueiredo, por ter acreditado no projeto inicial de pesquisa, pela paciência, compreensão e orientação, proporcionando tranquilidade para que se alcançasse aos objetivos iniciais.

A todos os professores que integram o Colegiado do Mestrado em Educação e à Unioeste, *Campus* de Cascavel, que, no decorrer dos estudos, contribuíram para que esta etapa de minha formação acontecesse com excelência.

À turma de mestrandos de 2016, que tornaram tudo mais prazeroso e que mostraram serem cooperativos, contribuindo sempre que solicitados.

À professora Márcia Cossetin, pelo incentivo na produção e submissão do projeto para a banca de seleção para o PPGE.

Aos componentes do Grupo de Pesquisa (GEPPEs) pelos encontros e discussões, em seminários e em colóquios, que contribuíram para reforçar o conhecimento no sentido da necessidade das lutas sociais para efetivação das Políticas Sociais.

Aos professores da banca, Márcio P. Cassandre, Roberto A. Deitos e Elisabeth Rossetto, que, prontamente, aceitaram o convite e assim contribuindo com valiosas sugestões teórico-metodológicas.

À ATACAR – Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas, pela contribuição e disponibilização dos dados solicitados.

Às amigas Daniele F. Lemos, Jéssica C. Silva, Camila P. Gomes, que, pela presença, carinho, afeto demonstrados nesse percurso, foram também responsáveis pelo sucesso deste trabalho.

Aos amigos Cátia C. K. Salla, João A. Salla e Samuel Salla, que motivaram, foram cúmplices e dedicados, por isso sempre serão lembrados.

Aos meus pais, Osmar e Ivonete, que são os motivos de sempre ir além, sendo os alicerces que incentivaram a seguir por este caminho.

Aos meus irmãos, Márcio e Marisa, que, mesmo distantes, estão sempre conectados e transmitindo o apoio tão importante.

E ao Diogo Müller, amigo, esposo e companheiro – agradeço-lhe imensamente a paciência, a companhia e o amor a mim dedicado.

MÜLLER, Luana Cristina Marchi dos Santos. **POLÍTICAS DE ESPORTE ADAPTADO: UM ESTUDO DA ATACAR – ASSOCIAÇÃO TOLEDENSE DE ATLETAS EM CADEIRA DE RODAS DE TOLEDO – PR.** 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado. Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste, Cascavel, 2018.

## RESUMO

Esta dissertação, vinculada a área de concentração *Sociedade, Estado e Educação*, do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Educação – PPGE da Unioeste – *Campus* de Cascavel, contempla o processo de construção de Políticas de Esporte para Pessoa com Deficiência, particularmente as direcionadas à Deficiência Física. O estudo, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, foi realizado tendo como horizonte o seguinte problema de pesquisa: Como ocorre o processo de implementação das Políticas de Esporte Adaptado para as pessoas com deficiência física no município de Toledo-PR? Os objetivos específicos foram: a) contextualizar o processo de desenvolvimento das políticas públicas para o Esporte Adaptado, considerando as relações internacionais e nacionais, particularmente a partir da década de 1990, e b) estudar as convergências e as divergências das políticas públicas de Esporte Adaptado e a história da ATACAR no município de Toledo/PR. A investigação contemplou a história mundial para a compreensão do contexto paradesportivo brasileiro, com destaque para as instituições associativas compreendidas como Terceiro Setor, no qual a ATACAR, como uma organização da Sociedade Civil, tem assumido a responsabilidade como articuladora das Políticas Inclusivas. A conjuntura estatal que preconizou a divisão de tarefas com o associativismo a partir dos anos de 1990 constituiu, portanto, um processo em que a ATACAR é responsável por promover a inclusão das Pessoas com Deficiência Física no município de Toledo/PR por meio do Esporte Adaptado, sendo, também, provedora de políticas que dão acesso e permanência dessas pessoas na área paradesportiva. Assim, o estudo demonstrou que as reivindicações quanto à implementação de Políticas de Esporte Adaptado no município de Toledo/PR, especificamente por meio da ATACAR, refletiram o princípio do modelo de “Organização por Cooperação”, que constitui uma das formas de organização do paradesporto brasileiro, ou seja, na prática do esporte adaptado, visa a cooperação entre os atletas em cadeira de rodas da associação.

**Palavras-chave:** Políticas de inclusão; Esporte adaptado; ATACAR; Pessoas com deficiência.

MÜLLER, Luana Cristina Marchi dos Santos **ADAPTED SPORT POLICIES: A STUDY OF ATACAR - TOLEDO SOCIETY OF ATHLETES IN CHAIN OF RHODES DE TOLEDO - PR.** 2018, 103 f. Dissertation (Master in Education). Graduate Program in Education. Concentration Area: Society, State and Education. Research Line: Education, Social Policies and State. State University of Western Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2018.

### **ABSTRACT**

This dissertation, linked to the area of concentration Society, State and Education of the Strictu Sensu Post-Graduation Program in Education - PPGE of Unioeste - Cascavel Campus, contemplates the process of construction of Sports Policies for People with Disabilities, particularly those directed to Physical Disability. The study, through bibliographical, documentary and field research, was carried out having as a start point the following research problem: How does the implementation process of the Adapted Sport Policies for people with physical disabilities occur in the municipality of Toledo-PR? The specific objectives were: a) to contextualize the public policy development process for Adapted Sport, considering international and national relations, particularly from the 1990s, and b) to study the convergences and divergences of public policies of Adapted Sport and the history of ATACAR in the municipality of Toledo / PR. The investigation contemplated the world history for the understanding of the Brazilian parasport context, with emphasis on the associative institutions included as Third Sector, in which ATACAR, as a Civil Society organization, has assumed responsibility as the articulator of Inclusive Policies. The state conjuncture that advocated the division of tasks with the associativism from the years of 1990 was, therefore, a process in which ATACAR is responsible for promoting the inclusion of People with Physical Disability in the municipality of Toledo / PR through Adapted Sport, being also, a policy provider that gives access and permanence of these people in the parasports area. Thus, the study demonstrated that the claims regarding the implementation of Adapted Sport Policies in the municipality of Toledo / PR, specifically through ATACAR, reflected the principle of the "Organization for Cooperation" model, which is one of the forms of organization of the Brazilian parasporting, that is, in the practice of adapted sport, it aims at cooperation among wheelchair athletes of the association.

**Keywords:** Inclusion policies; Sport adapted; ATACAR; People with Disabilities.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABRADEF** - Associação Brasileira de Deficientes Físicos
- ABRHACAR** - Associação Brasileira de Handebol em Cadeira de Rodas
- ADEACAMP** - Associação de Esportes Adaptados de Campinas
- ADFT** - Associação de Deficientes Físicos de Toledo
- ADVT** - Associação de Deficientes Visuais de Toledo
- ANDE** - Associação Nacional de Desporto para deficientes
- AMA** - Atividade Motora Adaptada
- APAE** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- APAC** - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
- APADA** - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos
- ATACAR** - Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas
- AVD** - Atividade de Vida Diária
- CBC** - Confederação Brasileira de Clubes
- CBHB** - Confederação Brasileira de Handebol
- CPB** - Comitê Paraolímpico Brasileiro
- COB** - Comitê Olímpico do Brasil
- COODEP** - Coordenadoria de Pessoa com Deficiência e Paradesporto
- FCD-BR** - Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil
- FCDD** - Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes
- GEPPEs** - Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Sociais
- IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IPC** - International Paralympic Committee
- IPi** - Imposto de Produtos Industrializados
- IHF** - International Handball Federation
- HCR** - Handebol em Cadeira de Rodas
- LIE** - Lei de Incentivo ao Esporte
- ME** - Ministério do Esporte
- ONG** - Organização não Governamental
- PARAJAPs** - Jogos Abertos Paradesportivos do Paraná
- PATHF** - Federación Panamericana de Handball
- PcD** - Pessoa com Deficiência
- PBd** - Parabadminton

**PMERJ** - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

**UNICAMP** - Universidade Estadual de Campinas

**UNIPAR** - Universidade Paranaense

**CBO** - Confederação Brasileira de Orientação

## LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

**Quadro 1:** O termo “educação física” utilizado em várias situações

**Quadro 2:** Fatos históricos dos esportes adaptados até o início das paraolimpíadas

**Quadro 3:** Fatos históricos das paraolimpíadas

**Quadro 4:** Decretos nacionais que amparam legalmente a prática do paradesporto

**Quadro 5:** Índice de pessoas com deficiência no município em relação à prática paradesportiva

**Quadro 6:** Classificação dos associados da ATACAR de Toledo/PR

**Quadro 7:** Processo de fundação da ATACAR

**Quadro 8:** Síntese das definições sobre inclusão social dos associados, contribuintes e fundadores da ATACAR de Toledo/PR

**Quadro 9:** Setores da sociedade que têm contribuído para a promoção da inclusão da pessoa com deficiência

**Quadro 10:** As políticas sociais de esporte e o processo de inclusão da ATACAR de Toledo/PR

**Gráfico 1:** Associados contribuintes quanto ao sexo e ao tempo de associação da ATACAR

**Gráfico 2:** Iniciativa de implementar a ATACAR

**Figura 1:** Critérios de entrada e de manutenção do valor da bolsa pódio

**Figura 2:** Lei Federal nº 10.451/2002 em número

**Figura 3:** O município de Toledo no Estado do Paraná e seus limites

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO POR MEIO DA PRÁTICA DE ESPORTE ADAPTADO</b> .....	23
1.1 A ORIGEM DO ESPORTE ADAPTADO .....	23
1.2 O MOVIMENTO ASSOCIATIVISTA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PcD NO BRASIL.....	29
1.3 AS BASES LEGAIS E O FINANCIAMENTO PARA A PRÁTICA DO PARADESPORTO NO BRASIL.....	42
<b>2 A ATACAR: POLÍTICAS DE ESPORTE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR</b> .....	51
2.1 O MOVIMENTO ASSOCIATIVISTA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM TOLEDO/PR.....	51
2.2 A ATACAR: FUNDAÇÃO, OBJETIVOS E OS CAMPEONATOS DE HANDEBOL EM CADEIRA DE RODAS – HCR.....	59
2.3 A ATACAR: OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	85
<b>APÊNDICE A</b> .....	94
<b>APÊNDICE B</b> .....	96
<b>APÊNDICE C</b> .....	98
<b>ANEXO A</b> .....	99
<b>ANEXO B</b> .....	103

## INTRODUÇÃO

O processo de constituição e de desenvolvimento das forças sociais e culturais dos povos, no decorrer da história, refletiu nas diferentes formas de tratamento<sup>1</sup> para as Pessoas com Deficiência (PcD) e nas diversas denominações desses sujeitos. Sasaki (2003) expõe, por exemplo, que nos anos 1950, 1960 e 1970, uma pessoa com deficiência era denominada “excepcional”. Até os anos de 1980, termos como “inválido”, “defeituoso”, “incapacitado” e “aleijado” eram habituais. Depois, segundo este mesmo autor (2003), entre 1986 e 1996, o termo considerado correto passou a ser “portador de deficiência”. Historicamente, portanto, mudaram-se as concepções e foi se mudando a terminologia ao se referir a essas pessoas.

Todavia, conforme a Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010, promulgada pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU (2010), oficialmente deixou de ser “portador” e, conforme o artigo 2º, inciso I, onde se lê “Pessoas Portadoras de Deficiência”, leia-se “Pessoas com Deficiência”.

No estudo sobre a educação inclusiva adotamos como referencial os estudos de Lev Semyonovich – Vigotski<sup>2</sup> (1896-1934), uma vez que as “[...] questões acerca a deficiência ocupam uma posição de destaque e que os problemas estudados pela

---

<sup>1</sup> Maria Aparecida Gugel (2007, p. 1) afirma que “[...] não se têm indícios de como os primeiros grupos de humanos na Terra se comportavam em relação às pessoas com deficiência. Tudo indica que essas pessoas não sobreviviam ao ambiente hostil da Terra”. Nas primeiras tribos formadas pelos homens era praticamente impossível que uma pessoa com deficiência sobrevivesse às vicissitudes daquele período, sendo prática comum de certas tribos se desfazerem dos “deficientes”, uma vez que eles representavam um fardo e um perigo para todo o grupo. Vale lembrar que nem todas as civilizações entendiam a deficiência como um apêndice indesejável. Durante a Idade Média sujeitos que hoje se nomeiam PcD eram consideradas como “castigo divino”: “As ideias que envolviam as pessoas com deficiências eram impregnadas por concepções místicas, mágicas e misteriosas de baixo padrão” (MARANHÃO, 2005, p. 25). No Brasil há, também, relatos de crianças com deficiência que eram “abandonadas em lugares assediados por bichos que, muitas vezes, as mutilavam ou matavam” (JANNUZZI, 2004, p. 9). Tendo em vista esse abandono, foram criadas, em 1726, nos conventos, as chamadas Rodas de Expostos, onde as crianças eram colocadas e as religiosas as recolhiam. Esse período ficou conhecido como segregacionista (BUSTO, 2006, p. 2). Somente no século XX foram iniciados alguns movimentos sociais em que se procuravam soluções mais plausíveis com objetivo de proteger e de inserir a pessoa com deficiência na sociedade, período então denominado integracionista (BUSTO, 2006, p. 3).

<sup>2</sup> Na bibliografia existente, pode-se encontrar o nome Vigotski com várias grafias: Vigotski, Vigotsky, Vygotsky, Vigotskii, Vygotskji. Neste trabalho adotou-se Vigotski, preservando assim a grafia de cada bibliografia indicada.

defectologia<sup>3</sup> se caracterizam como pontos centrais nas suas pesquisas” (ROSSETTO, 2009, p. 27).

Vigotski (1987) definia a defectologia como “[...] uma esfera de conhecimento teórico e do trabalho científico-prático [...] refere-se à criança cujo desenvolvimento se há complicado com o defeito” (VIGOTSKI, 1987, p. 2-3). Atente-se, contudo, para o fato de que Vigotski (1989) não compreendia a criança apenas com suas limitações físicas e intelectuais, mas que o defeito originava estímulos para a formação da compensação – ou superação. Para Vigotski (1989), a defectologia é uma visão dialética do real. Se existiam problemas/limitações, existiam também possibilidades. Por isso os fenômenos humanos deveriam ser analisados dialeticamente, visto que, “[...] na teoria da estrutura da personalidade e do caráter, a nova compreensão introduz a perspectiva de futuro” (VIGOTSKI, 1989, p. 30).

O princípio de Vigotski<sup>4</sup> partia da análise dos fatores sociais e culturais como influenciadores do desenvolvimento do indivíduo. Por sua vez, Rosseto (2019) ao estudar o mecanismo de compensação afirmou que:

[...] não é uma relação de substituição das funções comprometidas por outras, mas caracteriza-se como uma possibilidade encontrada pelo sujeito de percorrer outros caminhos consigo mesmo e com a sociedade. (ROSSETTO, 2009, p. 50).

Atualmente, de acordo com a Política Nacional para Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, definimos Pessoa com Deficiência como: “[...] aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.” (BRASIL, 2008, p.11).

Esse princípio tem como base a construção sócio-histórica ou histórico-cultural da mente. Vigotski (1997) partiu do pressuposto de que “[...] as funções

---

<sup>3</sup>Defectologia é um termo russo utilizado para referir-se à área de estudo das deficiências, dos impedimentos ou das incapacidades. O pressuposto central da defectologia pauta-se na ideia de que o defeito cria os estímulos necessários para a sua compensação. Ao tempo de Vigotski, defectologia seria o “[...] estudio del niño com defecto[...]”. (ROSSETTO, 2009, p. 27).

<sup>4</sup> A teoria de Vigotski surgiu na União Soviética e desenvolveu-se nas primeiras décadas do século passado, sendo interrompida precocemente em função do estado de saúde agravado do autor. Após sua morte, suas obras foram proibidas por 20 anos pela ditadura de Stálin. Por volta de 1956, Luria e Leontiev, que tiveram oportunidade de trabalhar com Vigotski, começaram a republicá-las. No Brasil, passou a ser difundida no início dos anos 80, o que possibilitou um avanço na valorização das interações sociais no estudo dos processos de desenvolvimento humano” (ROSSETTO, 2009, p. 30).

particulares podem representar um desvio considerável da norma e, não obstante, a personalidade ou organismo em geral podem ser totalmente normais” (VIGOTSKI, 1997, p. 84).

Nessa direção, para Vigotski (1995), o conceito de supercompensação do defeito, sob a luz da Psicologia Histórico Cultural, é fundamental, tendo em vista que a partir do defeito surge aquilo que chamamos de estímulos para a sua compensação<sup>5</sup>.

É interessante mencionar as diferentes vertentes da compensação: a vertente mística da *compensação* e a *vertente biológica*. A *vertente* mística da *compensação*, baseada na teoria do dom, atribuía a Pessoa com Deficiência uma espécie de forças, de origem divina, em que um conhecimento, uma sensibilidade especial compensaria determinada ausência (visão, audição, inteligência...). A *vertente biológica da compensação* considerava que a perda de uma função perceptiva seria compensada naturalmente com o funcionamento de outros órgãos. Fundada na ideia de uma pré-disposição orgânica contida no organismo, essa concepção se concentrava no plano sensorial, identificando os limites e os impedimentos que a deficiência impunha na busca pela causa que caracterizava o defeito. A análise do desenvolvimento humano era reduzida àquilo que era mensurável, o que conduzia a uma ideia de insuficiência das capacidades desses indivíduos frente ao *déficit* orgânico (SMOLKA; DAINEZ, 2014, p. 4). É assim que

A educação das crianças com diferentes defeitos deve basear-se no fato de que, simultaneamente com o defeito, estão dadas também as tendências psicológicas de uma direção oposta; estão dadas as possibilidades de compensação para vencer o defeito e de que precisamente essas possibilidades se apresentam em primeiro plano no desenvolvimento de crianças e devem ser incluídas no processo educativo como sua força motriz. (VIGOTSKI, 1995, p. 32).

Dessa forma, “A sociedade pode criar a *suficiência* e extinguir o limite consequente da deficiência, por meio da Educação Especial comprometida com a formação para a inclusão em atividades produtivas” (VIGOTSKI, 1997, p. 46). Nesse sentido, Vigotski (1997) contribuiu de forma crítica ao estudar a vinculação desses sujeitos em ações de caridade menos valia, dizendo que:

---

<sup>5</sup> A compensação refere-se ao processo substitutivo que garante o desenvolvimento, ou seja, quando uma ou mais vias de apreensão do mundo e de expressão não estão íntegras ou não podem ser formadas, o indivíduo pode eleger outras que estejam íntegras. (BARROCO; COELHO; SIERRA, 2011, p. 7).

A educação social era aquela destinada à formação do novo homem, sob a mentalidade comunista, e que tinha na coletividade o seu referencial, seu propósito maior. Ela se pautava no e para o trabalho, constituindo-se, portanto, em educação em favor dos processos compensatórios, ou seja, que pudesse ir ao encontro das demandas reais de sociabilidade humana em sua real complexidade. (VIGOTSKI apud SILVA, 2015, p. 4).

Compreende-se, assim, que a atividade produtiva<sup>6</sup> é central para Vigotski (1989, p. 51) quando afirma que “[...] é possível vencer o defeito com a incorporação total dos cegos à vida laboral”. Essa mesma análise compreende a PcD em toda a sua amplitude. É importante enfatizar que a inclusão do sujeito nas relações produtivas<sup>7</sup> para seu desenvolvimento intelectual, pessoal e de independência, indissociável a ideia de venda da força de trabalho, mas enquanto sujeito que atua nas diferentes relações sociais, inclusive do trabalho.

Adler (1870-1937)<sup>8</sup> dirigiu a atenção para o fato de que os órgãos deficientes, cujo funcionamento é dificultado ou perturbado em consequência dos defeitos, entram necessariamente numa luta, em um conflito com o mundo exterior ao qual eles devem se adaptar. Uma elevada morbidade e a mortalidade acompanham esta luta; porém a luta oculta em si eleva as possibilidades para a supercompensação (ADLER, 1927). A PcD tem suas limitações ao enfrentar as diferentes atividades sociais. O acesso ou não aos direitos conquistados historicamente depende das adaptações a esse indivíduo destinadas.

Segundo Silva (2015, p. 4), “[...] temos a tendência à compensação da insuficiência”, o que não supera as limitações, e sim faz encontrar alternativas envolvendo a PcD nas ações de caridade. Diferentemente, para Vigotski (1997), o que deve acontecer é a compensação por meio do desenvolvimento cultural, com a oportunidade de realizar as mesmas atividades que as demais pessoas, mas

---

<sup>6</sup> Se vocês ensinam um surdo-mudo a trabalhar, se ele aprende a fazer bonecos negros de trapo e a vendê-los, se ele confecciona diferentes artigos e depois os leva a vender aos restaurantes e se os oferece aos clientes, isto não é educação laboral, senão educação da mendicidade, porque é mais cômodo pedir esmolas com algo nas mãos. [...] Mas se a vida tivera ditado a necessidade da linguagem oral, se se tivesse proposto sempre de um modo natural a questão do ensino laboral, então se poderia estar seguro de que a assimilação da linguagem oral na escola dos surdos-mudos não apresentaria dificuldade (VYGOTSKI, 1997, p. 46).

<sup>7</sup> Conferir, dentre outros, ROSA, Ênio Rodrigues da. O trabalho das pessoas com deficiência e as relações sociais de produção capitalista: uma análise crítica da política de cotas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus de Cascavel*, 2009.

<sup>8</sup> “Vigotski partiu de uma ampla e profunda sistematização de trabalhos de autores como Adler, Stern, Pavlov, entre outros” (ROSSETTO, 2009, p. 27).

atividades adaptadas de acordo com cada limitação.

Acrescenta-se que esses processos psicológicos constituem-se a partir da participação dos indivíduos em eventos sociais, no que diz respeito às trocas sociais que essas situações proporcionam, e que possuem como pano de fundo o desenvolvimento cultural. (COSTA; SOUSA, 2004, p. 87).

O estudo sobre a “defectologia” e a “compensação do defeito” contribui para compreender os direitos das pessoas com deficiência que praticam o esporte adaptado e visam compensar a deficiência física, que, no caso em particular deste estudo, são as pessoas que praticam o basquete e o handebol em cadeira de rodas, visando o processo de inclusão social.

Assim, o estudo dos direitos das pessoas com deficiência e de desenvolvimento de suas potencialidades, por meio do esporte adaptado, está associado ao processo de inclusão social, o qual, por sua vez, está relacionado ao conceito de educação inclusiva, resultado dos compromissos assumidos internacionalmente:

O conceito de educação inclusiva, nascido nas teorias pedagógicas em meados do século XX, consolidou-se a partir de um importante documento voltado à educação de pessoas com deficiências, a Declaração de Salamanca e a Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Este foi o resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que contou com a participação de delegados de noventa e dois Estados (incluindo o Brasil) e de vinte e cinco organizações internacionais, de 7 a 10 de junho de 1994. O documento partiu do princípio de que todas as pessoas, independentemente de sua condição social, física, religiosa, cultural, etc., têm direito a educação de qualidade, conforme a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, e a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de 1990. No entanto, a grande novidade deste documento foi modificar a ação educativa voltada às pessoas com deficiências. (SOUSA, 2014, p.15).

Nessa lógica, a relação entre inclusão social e educação inclusiva ultrapassa a dimensão da legislação nacional. Particularmente para Neri (2003), a necessidade de inclusão social é um sinal da presença de excluídos, ou seja, pessoas que não possuem acesso aos direitos, direitos que pertencem a todos, como é o caso de educação, saúde, transporte, trabalho, cultura, lazer e esporte. Apesar da existência de leis que deveriam efetivar esses direitos, pessoas consideradas diferentes, que

não seguem o padrão socialmente construído como normal, continuam às margens da sociedade em razão de ações sociais que impedem o seu exercício.

Cabe ressaltar que Vigotski, ao proporcionar as reflexões nesta direção, não trouxe de forma explícita a modalidade “esporte” como fator preponderante para compensar o defeito, mas ao atentar para os fatores sociais e culturais como contribuintes para o desenvolvimento do indivíduo.

No estudo da relação entre a inclusão social e a educação inclusiva, particularmente em relação ao esporte, na área de educação física, é preciso esclarecer que vários termos assumem diferentes sentidos em diferentes situações. Para tanto, a partir do Quadro 1, abaixo, apresentam-se os termos relacionados ao esporte na área de educação física, no qual o esporte adaptado constitui uma das modalidades para atender as pessoas com necessidades específicas:

**Quadro 1:** O termo educação física utilizado em várias situações

Ciência	Educação Física
Destinada a pessoas com deficiência, pessoas com necessidades especiais.	Educação Física Especial/Adaptada
Modalidades esportivas que foram adaptadas para atender a pessoas com necessidades específicas.	Esporte Adaptado
Modalidades que fazem parte dos Jogos Paraolímpicos.	Esporte Paraolímpico

Fonte: BUSTO (2011, p. 9).

Particularmente, o esporte adaptado, no município de Toledo-PR, desde 2005, é desenvolvido por meio da ATACAR – Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas e atende as pessoas com deficiência de todas as idades e que têm o interesse na prática de uma atividade adaptada. Essa prática de uma atividade adaptada é concebida

[...] como a busca de adequação de meios para se efetivar um resultado desejado, diante da ausência ou da impossibilidade de se usar os meios convencionais que foram estabelecidos como sendo a maneira correta de se executar ou praticar uma tarefa ou atividade. (ARAÚJO, 1997, p. 5).

Para tanto, mediante as informações trazidas a respeito da temática que contempla esse trabalho, cabe assim, informar, que a motivação para a realização da presente pesquisa iniciou-se em 2005, com a deficiência física adquirida pelo

meu irmão, ano em que ocorreu meu primeiro contato com a ATACAR de Toledo/PR. No decorrer dessa participação foi possível acompanhar a promulgação de leis que amparam a associação. Em 2007, o interesse de estudar a ATACAR foi acrescido pela participação do meu esposo na referida associação.

Com a conclusão do Curso de Pedagogia em 2015, no Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG, o TCC foi sobre: O esporte para a inclusão da pessoa com deficiência<sup>9</sup>. A ênfase do estudo foi para a inclusão no município de Céu Azul/PR, no período de fevereiro de 2015 a novembro de 2015. Em 2016, com a realização da pós-graduação de Educação e Diversidade, foi publicado este estudo em um *Ebook*<sup>10</sup>.

Esse processo de participação na ATACAR, articulado aos estudos da graduação e da pós-graduação, instigou a participar do processo de seleção, em 2016, do Mestrado em Educação na Unioeste – Universidade do Oeste do Paraná – Campus de Cascavel, na linha de pesquisa *Educação, Políticas Sociais e Estado*.

Após a reflexão sobre o objeto de estudo em diferentes momentos de formação acadêmica, a problemática de pesquisa ficou assim delineada: Como ocorre o processo de implementação das políticas de esporte adaptado para as pessoas com deficiência no município de Toledo/PR?

Para responder a essa problemática de pesquisa foram, então, definidos o objetivo geral e os objetivos específicos. Objetivo geral ficou estabelecido como: Analisar as políticas sociais implementadas para o esporte adaptado na ATACAR de Toledo/PR. Assim, para alcançar fazer essa análise, ficou entendido ser necessários realizar os seguintes objetivos mais específicos: i) contextualizar o processo de desenvolvimento das políticas públicas para o esporte adaptado, considerando as relações internacionais e nacionais, particularmente a partir da década de 1990; ii) estudar as convergências e divergências das políticas públicas de esporte adaptado e a história da ATACAR no município de Toledo/PR.

O percurso teórico-metodológico para responder à problemática de pesquisa

---

<sup>9</sup> Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *A Contribuição do Esporte para a Inclusão da Pessoa com Deficiência na Sociedade*, orientado pelo professor Ms. José Vinicius Torrentes Gouveia, do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG.

<sup>10</sup> Intitulado *O Olhar da Escola para Práticas do Esporte Adaptado: uma contribuição para as discussões relacionadas à diversidade*. Foi orientado pelo professor Dr. Márcio Pascoal Cassandre, do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG.

contemplou atividades de pesquisa documental, de pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo. No primeiro momento, por meio da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica, realizou-se o levantamento de fontes na CAPES, Scielo e Biblioteca da UNICAMP, de teses e dissertações, o que foi feito mediante o uso das seguintes palavras-chave: Políticas de Esporte, Esporte Adaptado, Políticas de Paradesporto, Políticas de Inclusão, Inclusão por meio do Esporte Adaptado e Inclusão Social. Também foi realizado um levantamento de documentos arquivados na Sede da ATACAR, no município de Toledo/PR que contemplou as portarias, os decretos e as leis que amparam legalmente o esporte para PcD. Muitas informações foram encontradas também no *site* oficial do Ministério do Esporte – ME.

A coleta das fontes, desse modo, não se limitou aos espaços de associações de cunho esportivo, mas considerou as demais instituições do município que amparam a PcD, agregando informações por meio da Associação de Deficientes Físicos de Toledo – ADFT, da Associação de Deficientes Visuais de Toledo – ADVT, da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos – APADA, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e da Coordenadoria de Pessoa com Deficiência e Paradesporto – COODEP.

Mediante a coleta de informações nos espaços já mencionados, também é preciso mencionar que o percurso de coleta do “[...] *corpus* documental consistente não é composto de imediato – só ficará completo depois de um bom tempo de recolha e trato do material –, mas sem uma base empírica não é possível desenvolver o trabalho” (EVANGELISTA, 2009, p. 8). Nesse sentido, por ser um tema recente, há dificuldade de encontrar publicações que contemplem o esporte adaptado em si, e mais escassas ainda são as produções direcionadas às políticas para o referido esporte. Essa condição foi constatada por meio de uma pesquisa de campo registrada no TCC e no E-book do Curso de Especialização, em que o espaço investigado foi o município de Céu Azul/PR com a contribuição efetiva da ATACAR. Nesse caso, pode-se analisar que a ausência dessas fontes para a pesquisa também dificulta o contato dos alunos com o tema, considerando que os envolvidos nessa mediação não dispõem desses materiais em ambiente escolar:

Os debates sobre a diversidade na sala de aula são relevantes para a construção de conceitos que envolvem o ser diferente, sempre aliando nesse sentido que as diferenças devem ser contempladas para apreciar então o respeito com o sujeito que construiu

historicamente sua identidade respeitando e aceitando suas diferenças. (MÜLLER; CASSANDRE, 2016, p. 10).

Para o enriquecimento da pesquisa e ampliação das informações para responder aos objetivos elencados, constatou-se a necessidade de realizar entrevistas. No caso, a pesquisa de campo exigiu a submissão do Projeto ao Comitê de Ética<sup>11</sup> da universidade, por meio da Plataforma Brasil. Em vez de formulário totalmente estruturado, optou-se pelo formulário de entrevista semiestruturado<sup>12</sup>, pois permite maior liberdade de resposta a entrevista e, portanto, permite melhor apreender dos associados a relação da ATACAR com a política de paradesporto, particularmente sobre a implementação das políticas de esporte adaptado e a contribuição com o processo de inclusão social.

A pesquisa de campo, tendo como instrumento a entrevista semiestruturada, proporcionou a compreensão da organização da ATACAR e respondeu à problemática de pesquisa. Foi realizada com os associados da ATACAR que praticam o basquete em cadeira de rodas e o handebol em cadeira de rodas, num total de 21 entrevistados. O critério de exclusão foi o dos associados que praticam a modalidade de parabadminton, que, durante o período da pesquisa, estavam participando de campeonatos estaduais e no exterior.

Estabelecida a problemática e os objetivos a serem respondidos, a dissertação foi organizada em dois capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Processo de Construção de Políticas de Inclusão por meio da Prática de Esporte Adaptado em Nível Internacional e Nacional”, busca-se a contextualização do paradesporto a partir de suas relações internacionais, estabelecendo uma conexão com a modalidade no Brasil. Num primeiro subtítulo do capítulo, intitulado “A origem do esporte adaptado”, analisa-se cronologicamente a construção das políticas de esporte para a PcD, compreendendo assim o esporte como fator de compensação da deficiência a partir do princípio compensação do defeito proposto por Vigotski (1995). Num segundo subtítulo, intitulado “O movimento associativista de pessoas

---

<sup>11</sup> Projeto aprovado em 7/7/2017 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste. Ver Parecer nº 061612/2017.CAAE:69429517.8.0000.010. O formulário para a realização das entrevistas está conforme as normas do CEP (Apêndice A). Roteiro de Entrevista com Associados da ATACAR- Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas (Apêndice B). Parecer substanciado do CEP (Anexo A).

<sup>12</sup> As entrevistas foram gravadas em MP3 e transcritas conforme os depoimentos. Em anexo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice C).

com deficiência – PcD no Brasil”, apresenta-se a associação e sua relação com a reforma dos anos de 1990, com destaque para a medida de descentralização do Estado. E um terceiro subtítulo está intitulado: “As bases legais e o financiamento para a prática do paradesporto no Brasil”, título que autoexplicativo quanto ao assunto da seção.

No segundo capítulo, intitulado “A ATACAR: políticas de esporte para as pessoas com deficiência física no município de Toledo/PR”, parte-se da análise das bases legais, considerando o financiamento mais abrangente, ou seja, a Lei de Incentivo ao Esporte – LIE (2006). Num primeiro subtítulo, intitulado “Movimento associativista de pessoas com deficiência – PcD no município de Toledo/PR”, aborda-se o registro das associações que compreendem a PcD no município de Toledo/PR, com destaque para a ATACAR, que atende às pessoas com deficiência física e que atua como uma política inclusiva por meio do esporte adaptado. Apresenta-se a concepção do associado quando beneficiário das políticas sociais promovidas e admitidas pela atacar. Um segundo subtítulo é intitulado “A ATACAR: fundação, objetivos e os campeonatos de handebol em cadeira de rodas – HCR)”. E, enfim, um terceiro subtítulo: “A ATACAR: os desafios das políticas sociais para a inclusão social da pessoa com deficiência física”.

Entende-se que a contribuição social deste trabalho foi dar visibilidade às políticas de esporte adaptado, para que outros municípios as possam ter como referência para a sua implantação. Assim a análise dos resultados de uma associação que objetiva incluir as pessoas com deficiência por meio do esporte, e assim incentivar novas iniciativas nesta direção, torna-se, então, relevante não só para o próprio município de Toledo/PR por meio da ATACAR, mas para o processo de consolidação da política de paradesporto, visando aprimorar os seus trabalhos de forma que cada vez mais responda aos anseios da pessoa com deficiência física no referido município.

Para o Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação da Unioeste – *Campus* de Cascavel, este estudo vem contribuir com a análise da política social, particularmente da luta de uma instituição para garantir o direito da pessoa com deficiência física, visando o desenvolvimento de suas potencialidades e de sua dignidade.

## 1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO POR MEIO DA PRÁTICA DE ESPORTE ADAPTADO

Este capítulo tem o objetivo de contextualizar o processo de desenvolvimento das políticas públicas para o esporte adaptado, considerando as relações internacionais e nacionais, particularmente a partir da década de 1990. O texto está organizado em três seções: i) *A origem do esporte adaptado*; ii) *As bases legais e o financiamento para a prática do desporto e paradesporto no Brasil*; e iii) *O movimento associativista de pessoas com deficiência – PcD no Brasil*.

### 1.1 A ORIGEM DO ESPORTE ADAPTADO

Para compreender o processo que desencadeou a construção do que se tem hoje das associações brasileiras que visam a inclusão por meio do esporte, entre elas o nosso principal objeto de estudo, a ATACAR, é pertinente analisar de forma mais ampla as primeiras iniciativas que permitiram a organização das pessoas com deficiência, de forma a considerar o esporte como uma das dimensões motivadoras do processo de Inclusão.

Nessa dimensão é fundamental mencionar o desenvolvimento do esporte adaptado no mundo, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, com a proposta de reabilitação dos soldados, minimizando assim as sequelas físicas e emocionais decorrentes da participação na guerra: “A maioria dos historiadores e arqueólogos concorda que os chineses, em aproximadamente 2500 a.C., foram os primeiros a criar esses tipos de programas” (PEDRINELLI, 1994; ADAMS, 1985).

O objetivo da reabilitação dos soldados feridos em decorrência da guerra, naquele momento, era prioridade dos governos dos países envolvidos no conflito e também da classe científica, pois a expectativa e a qualidade de vida chamava atenção para a necessidade de estudos. Por outro lado, estes governos sentiam-se na obrigação de dar uma resposta à sociedade, no sentido de estar fazendo alguma coisa para minimizar as adversidades causadas pela guerra. (ARAÚJO, 1997, p. 8).

Segundo Araujo (1997), o esporte pode acelerar o processo de reabilitação e complementa que os ferimentos causados por traumatismos, em decorrência de

uma guerra, são restabelecidos, entretanto que as sequelas físicas são de difícil restabelecimento social e emocional.

O trabalho de reabilitação buscou no esporte não só o valor terapêutico, mas o poder de restabelecer ou estabelecer novos caminhos, o que resultou em maior possibilidade de interação destas pessoas. Através do esporte "reabilitação" estava retornando à comunidade um deficiente, capaz de ser "eficiente" pelo menos no esporte. (ARAUJO, 1997, p. 7).

Após a Segunda Guerra, segundo Lanna (2010) informa que os governos se sentiram na obrigação de dar uma resposta à sociedade, no sentido de estarem fazendo alguma coisa para minimizar os danos causados. Com isso, a partir de 1946, começaram a surgir, nos Estados Unidos e na Inglaterra, os primeiros movimentos organizados de esporte para as pessoas com deficiência. Para atender ao interesse britânico, em 1944 o neurologista Ludwig Guttmann criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares do Hospital de Stoke Mandeville.

Antes da guerra, os deficientes eram olhados, infelizmente, como um estorvo para a sociedade, quando não, para suas próprias famílias. A guerra, com todos os seus horrores, ironicamente, trouxe à pessoa deficiente algo melhor do que ela possuía anteriormente. Os deficientes eram então olhados com respeito e eram, até mesmo, membros normais de uma sociedade. (ADAMS et al., 1985, p. 38).

No Hospital de Stoke Mandeville, em 1945, teve início o primeiro *Programa de Esporte em Cadeira de Rodas*, com o objetivo de trabalhar o tronco e os membros superiores e entreter os pacientes no ambiente hospitalar. O jornal SuperAção (1988) divulgou que, em um ano de programa, foram preparados seis paraplégicos para o mercado de trabalho e reconheceu que as atividades esportivas, como ocupação terapêutica, eram importantes na reabilitação psicossocial das pessoas com deficiência, oportunizando a competição não só no esporte como em todos os campos sociais.

Em âmbito internacional, as iniciativas em torno do esporte adaptado foram espelho para a disseminação na América Latina e, no Brasil, no que se refere à formação e treinamento da PcD para a prática de modalidades esportivas, foi apenas no final dos anos de 1950 que área de conhecimento da educação física começou a se preocupar com a atividade física e desportiva para a pessoa com deficiência. Era esse o quadro estabelecido pela história da educação física até o

momento, transmitindo a concepção de corpo saudável, perfeito, produtivo, de rendimento e técnica (COSTA; SOUSA, 2004, p. 29).

Os Quadros 2 e 3, a seguir, demonstram o processo de construção do esporte adaptado, com ênfase para as primeiras iniciativas, sendo os avanços motivados pelos eventos esportivos e com o reconhecimento mundial.

**Quadro 2-** Fatos históricos dos esportes adaptados até o início das paraolimpíadas

<b>Data</b>	<b>Acontecimento</b>
Séculos 18 e 19	Contribuição no sentido da reeducação e da reabilitação
Berlim, Alemanha 1888	Primeiras notícias da existência de clubes esportivos para pessoas surdas.
I Grande Guerra 1914/1918	A fisioterapia e a medicina esportiva surgiram como recursos importantes na recuperação das cirurgias internas e ortopédicas.
Paris - 1924	Jogos do Silêncio, com a participação de 145 atletas de nove países europeus.
1932	Na Inglaterra, fundou-se a Associação de Jogadores de Golfe de um só Braço.
1944, durante a segunda grande guerra.	Governo britânico contratou, entre outros, o, Dr. Ludwig Guttmann, - neurocirurgião alemão, para começar um trabalho de reabilitação para lesionados medulares dando origem ao Centro Nacional de Lesionados Medulares de Stoke Mandeville na Inglaterra. Marcou seu trabalho de reabilitação médica e social direcionados aos veteranos de guerra, pelo uso da prática esportiva como parte do tratamento médico.
29 de julho de 1948	Data da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres aconteceu a competição denominada Stoke Mandeville Games. A participação é modesta: 14 homens e duas mulheres das Forças Armadas Britânicas competem em arco e flecha
1952	Exsoldados holandeses se uniram para participar dos jogos de Stoke Mandeville, e juntamente com os ingleses, fundaram a ISMGF - International Stoke Mandeville Games Federation - Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville,

Fonte: BUSTO (2011, p. 10).

**Quadro 3 - Fatos históricos das paraolimpíadas**

1960	Realizado os jogos em Roma logo após a realização dos Jogos Olímpicos. Usando os mesmos espaços esportivos e o mesmo formato das olimpíadas, 240 atletas de 23 países participaram da primeira Paraolimpíada.
Até os jogos de 1972 em Heidelberg, Alemanha	Apenas atletas em cadeiras de rodas participavam oficialmente dos jogos.
1976, nas Paraolimpíadas de Toronto, Canadá	Inclusão dos atletas cegos e amputados e
1976 na cidade de Ornskoldsvik, Suécia	Foi realizada a primeira Paraolimpíada de Inverno.
1980, em Arnhem, na Holanda	Inclusão dos paralisados cerebrais
Até 1992	Os jogos de inverno aconteceram no mesmo ano dos jogos de verão
1994	O ciclo foi ajustado passando a ser realizado no mesmo ano dos Jogos Olímpicos de Inverno.
1996 - Jogos Paraolímpicos de Atlanta, USA,	A primeira participação de deficientes intelectuais ocorreu em algumas provas de atletismo em caráter de demonstração.
2000 Jogos Paraolímpicos de Sydney, Austrália	Os deficientes intelectuais foram oficialmente incluídos nas modalidades de atletismo, basquetebol, natação e tênis de mesa.
2000, nos Jogos Paraolímpicos de Sydney, Austrália	Houve a comprovação de fraudes na equipe de basquetebol da Espanha que havia conquistado a medalha de ouro. Alguns atletas da equipe não eram deficientes mentais e, simplesmente, haviam fraudado laudos e exames para participarem do evento.
2004 - Jogos de Atenas	Em razão de problemas sérios de irregularidades e fraudes encontradas quanto à elegibilidade de alguns atletas presentes em Sydney, houve a suspensão dos atletas com deficiência intelectual das atividades promovidas pelo IPC até que se encontre um meio eficaz e seguro de definir sua elegibilidade e por isso eles não participaram dos jogos até as Paraolimpíadas de Pequim em 2008.
A partir de 2009	O sistema de elegibilidade passará a ser de responsabilidade de cada modalidade esportiva, cabendo a ela definir, se for o caso, as normas de participação dos atletas deficientes mentais.

Fonte: BUSTO (2011, p. 11).

Os Quadros 2 e 3, portanto, contribuem para compreender o panorama geral da história do esporte adaptado em nível mundial e as paraolimpíadas, que vêm a ser a principal competição do mundo esportivo e paradesportivo.

Em âmbito nacional, a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes – FCDD, desde 1945, de cunho religioso, vem transformando a vida da PcD e de doenças crônicas, facilitando o processo de aceitação e atuando como facilitador no processo de adaptação da pessoa à condição imposta. Hoje atua em 50 países do mundo, da Europa, da África, da América Central e do Sul e da Ásia (LANNA, 2010, p.35).

Em 1945, o esporte adaptado se popularizou pelo mundo. No Brasil, os primeiros clubes foram fundados em 1958: Clube dos Paraplégicos, de São Paulo, e Clube do Otimismo e a Associação Brasileira de Deficientes Físicos – ABRADDEF, ambos do Rio de Janeiro. Atualmente, a instituição Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil – FCD-BR está presente em várias cidades do país (LANNA, 2010, p. 35).

Essas instituições foram fundadas por atletas que sofreram lesões medulares em certo momento da vida por decorrência de acidente e que tiveram a oportunidade de se tratar nos Estados Unidos na década de 1950, onde conheceram o esporte adaptado (ARAÚJO, 1997). Em São Paulo, o fundador foi Sérgio del Grande e, no Rio de Janeiro, Róbson Sampaio.

Ao retornar ao Brasil, Del Grande funda um clube de paraplégicos em São Paulo e, em 6 de dezembro de 1959, o Clube dos Paraplégicos de São Paulo embarca para Buenos Aires e dá início aos primeiros contatos, no campo esportivo e social, entre pessoas portadoras de deficiência de dois países. Em 1960, o Clube dos Paraplégicos de São Paulo participa do 1º campeonato mundial realizado em Roma. (ARAÚJO, 1997, p. 19).

Essas iniciativas tiveram, como efeito secundário, o início da percepção, pelas PcD, da necessidade de discutir sobre a inserção política na sociedade: “As próprias dificuldades enfrentadas tanto para a prática do esporte quanto no trabalho precário, estimularam o início de reivindicações, sobretudo no que se refere à mobilidade” (LANNA, 2010, p. 35). O objetivo inicial era meramente discutir problemas comuns da própria condição de PcD. Com o passar do tempo, assumiram uma dimensão cada vez mais política.

Conforme relatos de Del Grande (1982), o primeiro confronto entre as duas equipes brasileiras aconteceu em dezembro de 1959, no ginásio de esportes do Maracanãzinho, sendo os paulistas do time de Del Grande os vencedores. Em 1960 e 1961 outros dois confrontos aconteceram, os quais foram vencidos pelos cariocas, representados por Sampaio.

Por iniciativa destes dois homens, Sérgio Serafim Del Grande e Róbson Sampaio de Almeida, o Desporto passou a ser praticado por portadores de deficiências aqui no Brasil. Este movimento vai se fortalecendo e passa a buscar contatos internacionais a partir de 1969, quando é formada a primeira Seleção para participar dos 2º Jogos Panamericanos realizados em Buenos Aires. A participação do Brasil neste evento era de suma importância para buscar contatos com as equipes de outros países como: Estados Unidos, México, Canadá, Argentina, Peru, Chile, Uruguai e outros e também pela necessidade de intercâmbio entre os profissionais que buscavam conhecer outras modalidades esportivas que ali seriam praticadas. (ARAUJO, 1997, p. 19).

Nesta linha cronológica do associativismo paradesportivo no Brasil, Lanna (2010) complementa que essa forma de organização associativista ensejou, no final da década de 1970, no contexto da redemocratização do Brasil, o surgimento de organizações de PcD com caráter claramente definido e com o objetivo de conquistar espaço na sociedade por meio dos direitos que visam promover a autonomia na própria vida, inclusive fortalecendo o processo de inclusão no esporte.

Mazzotta e D'Antino (2005) enfatizam, no que diz respeito às políticas sociais e educacionais brasileiras, no final da década de 1950 até os dias atuais, que a educação especial tem sido, com grande frequência, interpretada e caracterizada como um “apêndice indesejável”, ainda sendo encarada com discriminação e sem o intuito inclusivo.

Numerosos são os educadores e legisladores que a veem como meritória obra de ‘abnegados’ que se dispõem a tratar de criança e jovens deficientes físicos ou mentais. O sentido a ela atribuído é, ainda hoje, muitas vezes, o de assistência aos deficientes educacionais especiais. (MAZZOTTA, 2011, p. 11).

As pessoas com deficiência construíram diferentes espaços na sociedade para lutar pelos seus direitos. Nesse sentido, a educação construiu uma organização inclusiva, sendo as escolas especiais exemplos de políticas vivenciadas. Rossetto (2009, p. 33) com base em Vigotski (1997), parte do “[...] princípio de que todo ser humano pode aprender, mesmo apresentando condições físicas, mentais,

sensoriais, neurológicas ou emocionais diferentes”. Considera, assim, as leis de desenvolvimento igual para todas as crianças e a educação deve fazer a conexão para os diferentes níveis de desenvolvimento (ROSSETTO, 2009). Isto é, toda criança é capaz de desenvolver suas potencialidades e o ambiente, nesse sentido, precisa favorecer o alcance dessas competências, pois o que se diferencia são os níveis de desenvolvimento particulares de cada indivíduo. No caso de crianças com necessidades educacionais especiais, o direcionamento para o seu desenvolvimento é adaptado de acordo com as suas limitações.

Assim como na educação, também o direito de acesso ao esporte constitui um dos espaços de luta para conquistar políticas que visam a inclusão social. Em relação ao esporte adaptado, para além da visibilidade que oportuniza para as pessoas com deficiência, visa ao desenvolvimento de suas potencialidades, de sua dignidade. A luta envolve, portanto, o reconhecimento de suas capacidades e o direito de ocupar um lugar digno na sociedade.

## 1.2 O MOVIMENTO ASSOCIATIVISTA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PcD NO BRASIL

Para compreender o contexto histórico em que alguns setores da sociedade civil passaram a ser conduzidos por associações é necessário analisar os motivos que resultaram da estratégia política e econômica das relações capitalistas. Essa análise, então, nos remete ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, desenvolvimento que está relacionado, em certo modo, com a crise econômica que se iniciou no colonialismo, mediada pelo Estado brasileiro, como aponta Deitos (2005):

[...] inerente ao processo de sua constituição, o Estado brasileiro sempre foi um instrumento que favoreceu as condições para as classes dominantes (ou suas frações), representantes do capital hegemônico nacional e internacional, sustentarem, com relativa estabilidade, seus lucros e o processo de acumulação de capital. Mesmo nos períodos em que internamente se percebem alterações nos padrões de desenvolvimento, em que foram redefinidos politicamente o papel do Estado brasileiro e as suas relações com a sociedade civil, essas mudanças não causam ruptura no modelo de produção e reprodução do capital. (DEITOS, 2005, p. 71).

A relação entre as associações e a estratégia política e econômica das relações capitalistas, no Brasil, está vinculada às contradições produzidas pela crise econômico-financeira e política brasileira, que se constitui, em:

[...] última instância, pelos passivos acumulados de um endividamento externo que hoje corre, basicamente, por conta da autoridade pública. Na contra fase real deste processo, assistimos à degradação progressiva da infra-estrutura econômica e à deterioração acelerada da qualidade dos serviços públicos, condenando o Estado à impossibilidade de cumprir com as responsabilidades tradicionais de qualquer governo com os serviços urbanos, a educação, a saúde, etc. (FIORI, 1988, p. 126).

Cabe aqui ressaltar que essas características foram redimensionadas, estruturalmente e financeiramente, na década de 1990, mas estão arraigadas no processo que as originou em princípios da década de 1980. Assim também ocorre a necessidade de ajustes para o controle do endividamento, que, como analisa Deitos (2005), é consequência de acordos ainda do período colonial.

Particularmente a partir dos anos de 1990, os reflexos da crise financeira são firmados. O Estado, nesse contexto, passa a assumir um novo papel frente às políticas públicas, pois a necessidade era de uma reforma estatal que “[...] permitisse ao Estado desenvolver a capacidade administrativa, no sentido de melhorar o desempenho público e a qualidade dos serviços dirigidos às necessidades públicas” (ZANARDINI, 2006, p. 7).

Nesse mesmo período há o discurso da necessidade de ajustes estruturais devido ao endividamento do país. Nessa continuidade, o Banco Mundial assegura o pagamento dos encargos da dívida, sugerindo assim novos empréstimos. Zanardini (2008, p.177) menciona que, “Para a continuidade da acumulação se fez necessária a renovação do sistema ideológico, fator imprescindível ao modo de produção capitalista”. Dessa forma, compreende-se que o objetivo de desenvolver o processo de acumulação do capital favorece as classes dominantes.

Por essa perspectiva, Zanardini (2008) compreende que:

Nesta nova forma de condução econômica pelos organismos internacionais, que atuam como reguladores, em especial pelo Banco Mundial, há uma hierarquia de legitimidade das despesas públicas, na qual a colocação das chamadas necessidades sociais ocupa um lugar marginal, subordinado aos interesses e ao processo de lucro e acumulação de capital. (ZANARDINI, 2009, p.179).

Gohn (1997, p. 198) interpreta que, no modelo de desenvolvimento brasileiro dos anos 1990, os “[...] ajustes estruturais têm sido apresentados pelos governantes como único meio de assegurar a superação da crise, a retomada do desenvolvimento e uma certa proteção social aos grupos sociais extremamente vulneráveis à situação econômica”.

Ao estudar as políticas sociais que visam à “[...] proteção social aos grupos sociais extremamente vulneráveis à situação econômica [...]” há que se considerar que, nesse processo de luta, os direitos dos trabalhadores são mínimos. Zanardini (2007) argumenta, nessa direção, que

A ineficiência do Estado apontada pela proposta liberal seria resultado de um determinado ‘erro de racionalidade’, e, portanto, sua superação representaria uma das condições para a retomada do desenvolvimento e consequente inserção do País no processo de globalização. Não seria, sob essa ótica, possível pensar em desenvolvimento enquanto persistisse a incapacidade de governar e a dificuldade do controle público sobre a máquina estatal. (ZANARDINI, 2007, p. 246).

Os reflexos da reforma atingem diretamente a população trabalhadora. O público que mais depende dos serviços públicos e que tiveram os direitos, como saúde e educação, restringidos com essa reestruturação. Há uma contradição, pois, com essa nova conjuntura, se intensifica a abertura do mercado para investimentos mundiais, aumentando assim a taxa de desemprego nacional e, por consequência, cresce a necessidade por serviços públicos: “Esse aumento da demanda agravou ainda mais a situação das políticas sociais, cuja alocação de recursos já era insuficiente” (NASCIMENTO, 2002, p. 14). O que ocorre é que “O programa de ajuste interno e externo consubstanciou-se em medidas de controle monetário e financeiro, redução de despesas públicas, aumento de impostos, contenção dos salários, promoção das exportações e redução das importações” (ALMEIDA, 1989, p. 39).

O ponto primordial na sociedade de classes é a garantia da manutenção do sistema de exploração e de reprodução do capital. É nesse sentido que

O Estado organiza o poder e a economia num território determinado mediante a mediação de instituições, aparatos ou aparelhos muito diversificados que compreendem a materialização do poder e da gestão econômica. O poder e a gestão do Estado, assim, representam ou aparecem como o interesse geral da nação ou da sociedade, mas se

exercem pelo uso da lei (consenso e força) e de inúmeras mediações e organismos que constituem o governo. (FALEIROS, 1991, p. 60).

As políticas sociais, de acordo com Vieira (2001), possuem um caráter essencialmente assistencialista e mediador, ou seja, como uma estratégia para administrar politicamente a miséria. O Estado, nesse processo, realiza concessões mínimas à população “indigente”, a fim de manter a ordem e a estabilidade.

É por isso que

Nossa formação social comporta as contradições do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que constitui internamente suas contradições na articulação com o processo de desenvolvimento mundial, engendrado, nessas condições, as características particulares e peculiares, produzidas pelas classes, suas frações e pelo desenvolvimento da força de trabalho e da força produtiva, gerado em âmbito nacional. (DEITOS, 2005, p. 34).

Em relação à reforma do Estado brasileiro, Zanardini (2007) ressalta a sua orientação pelas proposições de alguns organismos multilaterais, tal como o Banco Mundial, que, ao encarregar-se da materialização de uma dada política econômica e social, aparece preocupado com a incapacidade de investimento e de gestão do Estado. Acontece uma reestruturação de efetivação ou não de políticas neoliberais ou social-liberal e sob o seguinte argumento do Banco Mundial:

A reforma estrutural dos gastos sociais precisa continuar, com os seguintes direcionamentos: (I) conseguir maior eficiência na oferta de serviços e programas sociais; (II) melhorar o direcionamento dos programas para a população pobre; (III) reduzir a rigidez e direcionamento no financiamento e no orçamento dos gastos sociais. A reforma dos gastos sociais fica complicada pela rigidez existente nas disposições constitucionais e legais, bem como nas fontes de recursos como alocações já previamente definidas [...]. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 287-288).

É preciso lembrar, que em relação à essa nova conjuntura de Estado, o *Plano Diretor de Reforma do Estado Brasileiro*, aprovado e implantado em 1995, no Governo FHC, sob a coordenação do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, do MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. No *Plano Diretor de Reforma do Estado Brasileiro (1995)* “[...] foram delineadas as dimensões institucionais e estruturais para o conjunto das reformas que se pretendiam e se empreenderam a partir da reforma do Estado brasileiro na sociedade brasileira” (DEITOS, 2005, p.101).

A reforma do Estado brasileiro, mediante a realização de estratégias como a da descentralização, contribuiu para modificar a relação Estado/sociedade civil por meio do envolvimento das ONGs e da comunidade na prestação de determinados serviços. A defesa da descentralização foi assim anunciada no documento do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (1995):

[...] descentralização para o setor público não estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. (BRASIL, 1995, p. 18).

Dessa forma, “[...] transfere-se para o setor público não estatal a produção dos serviços competitivos ou não exclusivos de Estado, estabelecendo um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle” (BRASIL, 1995, p. 18).

Segundo Gohn (2010), ao situar os problemas da economia na discussão do modelo latino-americano e dos movimentos sociais no Brasil, essa transferência foi necessário devido às consequências que trouxe na organização da população em geral, inclusive nas políticas de inclusão, resultando na autonomia gerada a outros setores da sociedade.

O estímulo que as políticas econômicas neoliberais têm dado ao setor informal da economia levou ao surgimento de extensas redes produtivas comunitárias nos países latino-americanos, onde a mão-de-obra é farta mas tem alto custo social (quando utilizada na economia formal). A economia informal provoca a redução deste custo por vários fatores, destacando-se a quase completa eliminação dos custos sociais. Ela opera com um grande conjunto de trabalhadores que não têm seus direitos sociais respeitados. Opera ainda com trabalhadores não-sindicalizados, por isso está livre das pressões sindicais. Mas este setor terciário, tão contraditório, tem tido também grande presença de ONGs - Organizações Não-Governamentais. Elas desenvolvem projetos com as populações demandatárias de bens e serviços, organizando-as em movimentos sociais. Para entrar em operação, tais projetos necessitam de verbas, qualificação, avaliações para que ganhem continuidade, ou seja, a ação coletiva de pressão e reivindicação, antes presente na maioria dos movimentos sociais latino-americanos, converteu-se, nos anos 90, em ações voltadas para a obtenção de resultados, em projetos de parceria que envolvem diferentes setores públicos e privados. (GOHN, 2010, p. 17).

De acordo com Silva (2003, p. 99-100), as ONGs, ao assumirem o papel de

“[...] entidades autônomas, estabelecem uma relação institucional com o Estado mediante os contratos de gestão e a participação direta no orçamento público, submetendo-se apenas aos mecanismos de fiscalização das metas alcançadas”.

Segundo Coraggio (1992), existe a possibilidade de um campo alternativo de desenvolvimento e transformação social, desde que essa economia ganhe autonomia relativa em sua reprodução material e cultural, capaz de autossustentar-se e de se autodesenvolver. E esses processos devem ocorrer em vinculação direta e aberta com a economia capitalista e pública. É nesse sentido que as ONGs ganham importância, por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público, que, na grande maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados enquanto avalista dos recursos econômico-monetários.

Nos anos 1990 surge um tipo especial de ONGs que Gohn (2010) denominada de ONGs cidadãs, ou seja, entidades sem fins lucrativos que se orientam para a promoção e para o desenvolvimento de comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania. Os movimentos e ONGs cidadãs têm se revelado estruturas capazes de desempenhar papéis que as estruturas formais não têm conseguido exercer enquanto estruturas estatais, oficiais, criadas com objetivo e o fim de atender à área social (GOHN, 2010).

Nesse âmbito da promoção da cidadania está localizado o tema da presente pesquisa ao tratar da Associação Toledense dos Atletas em Cadeira de Rodas, denominada abreviadamente como “ATACAR”, e que é definida como “[...] uma sociedade civil, sem fins lucrativos, tem por objetivo organizar a prática do Esporte Adaptado no município de Toledo e região” (ESTATUTO SOCIAL – ATACAR, 2006, p. 2).

Para Tocqueville (1998), a importância do associativismo é fundamental para a existência e a manutenção do regime democrático:

Nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência mãe; o progresso de todas as outras depende dos progressos daquela. Entre as leis que regem as sociedades humanas, existe uma que parece mais precisa e mais clara que todas as outras. Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na mesma medida em que cresce a igualdade de condições. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 394).

Assim, cabe aqui ressaltar que o contexto que fortaleceu a constituição do

associativismo no Brasil não buscava o benefício dos grupos marginalizados, e sim atribuir a responsabilidade já não mais satisfeita pelo Estado, considerando assim que a nova conjuntura estatal fortalecia o discurso de “fortalecimento da democracia”. Assim, Tocqueville (1998) analisa como ponto positivo que este “fortalecimento” estava direcionado à sociedade civil quanto à dimensão democrática e participativa.

Para Tocqueville (1998), o associativismo contribui para o fortalecimento da democracia no sentido de que possibilitaria a agregação de interesses individuais, permitindo a construção da cidadania para a prática e o convívio democráticos. Por meio das associações defende que é possível reunir o conjunto de anseios mútuos e buscar, por meio de reivindicações, melhorias para o grupo.

[...] a sociedade democrática sempre será individualista para Tocqueville, mas para evitar a situação aqui descrita, ele elabora o conceito de interesse bem compreendido, que poderíamos chamar como egoísmo esclarecido. Ou seja, os indivíduos percebem que se todos se voltarem apenas para seus interesses privados, estarão piores do que se dispusessem de tempo para a coletividade [...]. (GANANÇA, 2006, p. 6-7).

Nessa nova conjuntura política destacam-se alguns elementos que sofreram com essa dinâmica, e que tiveram grande influência sobre os movimentos sociais: “Esta economia semicomunitária encontrará nas ONGs uma forma de servir de suporte como estruturas organizativas do processo de produção de algumas mercadorias” (GOHN, 2010, p. 298).

À medida que organismos da sociedade civil ganharam visibilidade e legitimidade a partir da definição de instrumentos democráticos de participação política, nessa medida eles se efetivaram e, simultaneamente, apontaram os limites da democracia representativa e a necessidade de serem aprofundados os processos de participação social e política. Essa explicitação de limites introduziu, então, novas mudanças, como expressa Gohn (2002):

A dimensão e o significado desta mudança são enormes porque não se trata apenas de ‘introduzir o povo’ em práticas de gestão pública, como preconizava as propostas da democracia com participação comunitária nos anos 80, quando a idéia da participação vinculava-se à apropriação simples de espaços físicos. Trata-se agora de mudar a ótica do olhar, do pensar e do fazer; alterar os valores e os referenciais que balizam o planejamento e o exercício das práticas democráticas. (GOHN, 2002, p. 7).

Um dos principais pontos para que a reforma do Estado consolide a sua eficiência está na focalização das políticas públicas. Como já analisado anteriormente as políticas de esporte Adaptado estão vinculadas à proposta de rendimento. Assim, a maior parte dessas políticas atende somente a esporte já paraolímpico, financiando para os atletas de alto rendimento, os quais trazem maior visibilidade à nação. Os demais esportes adaptados, cujo o objetivo é a inclusão, se mantêm com incentivos privados. Segundo as orientações do Banco Mundial (1997), “O caminho para uma eficiência maior leva primeiro à concentração nas tarefas fundamentais e ao aproveitamento da capacidade limitada do Estado mediante parcerias com as empresas e a sociedade civil [...]”. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 3).

Assim, compreende-se a ATACAR como uma organização da sociedade civil que tem assumido a responsabilidade como articuladora das políticas inclusivas no município. Dessa forma, nos estudos realizados por um dos fundadores da ATACAR, argumenta ele sobre a relação da associação com a autonomia recebida com a nova conjuntura estatal:

Alguns conceitos administrativos novos também têm sido desenvolvidos na experiência brasileira de adaptação do Handebol para a prática em Cadeira de Rodas. Inicialmente é possível destacar a busca da AUTONOMIA: atletas e pessoas com deficiência são estimulados a se organizarem para que não dependam de terceiros para desenvolver suas atividades e, nestes casos, os caminhos encontrados são diversificados. (CALEGARI, 2010, p. 20).

Entre os caminhos diversificados estão as ONGs – Organizações Não Governamentais “[...] com finalidades esportivas e sociais, que possa superar o modelo assistencialista, que tem no pedido de doações a sua principal fonte de receitas” (CALEGARI, 2010, p. 20)

Considerando as estratégias dos organismos internacionais, particularmente a do Banco Mundial, Ganança (2006) expõe o que ocorre com as definições sobre a ‘sociedade civil’, o ‘terceiro setor’ e o ‘capital social’:

[...] ‘sociedade civil’, ‘terceiro setor’ e ‘capital social’ induzem a um mascaramento dos conflitos presentes na sociedade, despolitizando essa oferta e, ao mesmo tempo, atribuindo certos valores e significados virtuosos ao conjunto dos seus atores. Cabe ressaltar que esse movimento teórico e ideológico ocorre paralelamente ao movimento crítico cada vez maior do papel dos Estados nacionais. Ou seja, o chamado ‘neoliberalismo’ propõe uma redução drástica do tamanho e das atribuições dos Estados nacionais, questionando o

modelo do Estado do bem-estar social, interventor na economia e garantidor de direitos sociais. (GANANÇA, 2006, p. 19).

Como consequência dessa construção teórica, Ganança (2006, p. 8) destaca que a proposta consiste em sobrevalorizar as implicações do associativismo sobre os associados. As associações poderiam ser consideradas como “escolas de civismo”, influenciando nos posicionamentos.

Nesse sentido, Deitos (2005, p. 83) chama a atenção para o seguinte:

As áreas sociais são priorizadas para os grupos considerados vulneráveis socialmente. Eliminam-se as políticas sociais estatais para o conjunto da população e o seu atendimento universalizado, priorizando ações promovidas pelas organizações não-governamentais (ONGs), terceirização de serviços e privatização direta.

É neste cenário de descentralização do Estado que surgem, conforme indica Gohn (2011), novos movimentos comunitaristas, alguns recriando formas tradicionais de relações de autoajuda; outros organizados de cima para baixo, em função de programas e projetos sociais estimulados por políticas sociais. Nesse contexto, “[...] as políticas neoliberais desorganizaram os antigos movimentos e propiciaram arranjos para o surgimento de novos atores, organizados em ONGs, associações e organizações do terceiro setor” (GOHN, 2011, p. 12).

Como apontam Wilhelm e Nogueira (2012), essas políticas desestruturaram as condições de vida dos trabalhadores, que, por sua vez, nunca foram favoráveis ao se considerar a organização política da nação. Entretanto, para combater a crise instalada nesse período (1990), pelo menos por esse argumento, se estabeleceram algumas medidas tais como: privatizações, precarização da força de trabalho, redução de gastos, supressão de direitos sociais e liberalização financeira e comercial aderindo, assim, aos princípios neoliberais. Dessa forma tendo sido ampliado o contingente de indivíduos pobres no país.

Em decorrência desse processo, “O terceiro setor passou a atuar com populações tidas como vulneráveis, focalizadas, grupos pequenos, atuando por meio de projetos, com prazos determinados” (GOHN, 2011, p. 340). Foi assim que,

Na primeira década dos anos 2000, fortaleceram-se as ONGs e entidades do terceiro setor que antes serviam apenas de apoio aos movimentos sociais populares. No Brasil, o número de manifestações

nas ruas diminuiu e a relação inverteu-se: as ONGs tomaram a dianteira na organização da população, no lugar dos movimentos. Esse processo se aprofundou quando surgiu outro ator social relevante no cenário do associativismo nacional: as fundações e organizações do terceiro setor, articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, ou por artistas famosos, que passaram a realizar os projetos junto à população, em parcerias com o Estado, apoiados por recursos financeiros, privados e públicos. (GOHN, 2011, p. 340).

Assim é possível perceber que a reforma do Estado atua diretamente nas relações sociais, atuação cuja função é formular políticas que favoreçam o mercado. Quanto à sociedade civil, a partir do processo de descentralização, a competência é fiscalizar, executar e gerenciar os “projetos sociais”, enfraquecendo a ação do Estado e diminuindo a oferta de políticas sociais de forma universalizada. O terceiro setor exerce diretamente esse papel:

[...] de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental. Este espaço é trabalhado segundo princípios da ética e da solidariedade, enquanto valores motores de suas ações, resgatando as relações sociais, diretas, e as estruturas comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de vizinhança, parentesco, religião, *hobbies*, lazeres, aspirações culturais, laços étnicos, afetivos, etc. No Brasil, esse papel passou a ser desempenhado pelas ONGs, que fazem a mediação entre aqueles coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais. (GOHN, 2010, p. 301).

Para Faleiros (2009), o Estado somente responde sobre pressão da classe trabalhadora. As políticas sociais são resultados das lutas de classes:

As políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, assistência, previdência, recreação e nutrição são objeto de luta entre diferentes forças sociais, em cada conjuntura, não constituindo, pois, o resultado mecânico da acumulação nem a manifestação exclusiva do poder das classes dominantes ou do Estado. Essas políticas não caem do céu, nem são um presente ou um outorga do bloco do poder. Elas são ganhos conquistados em duras lutas e resultados de processos complexos de relação de forças. (FALEIROS, 1991, p. 62).

As políticas sociais implementadas assumem uma dupla demanda no que se refere aos burgueses e aos proletários.

Essa contradição é dissimulada pelas ideologias humanistas, progressistas ou liberais, que apresentam essas medidas como

instrumento de igualdade social, de melhoramento do bem-estar, de igualdade de oportunidades [...] se limitam e se dinamizam pela força da dominação desta burguesia, e pelas contradições e as exigências das diferentes frações da burguesia e pela força dos movimentos das classes subordinadas. (FALEIROS, 2009, p.46).

Segundo Gohn (2011), o Estado Liberal é construído a partir de exclusões e injustiças. O conjunto de ideias e valores que definem determinada sociedade, ancorada materialmente, disseminam o discurso de igualdade de oportunidades, no que se refere ao ponto de partida, mas obtendo resultados restritos. Devido aos desafios que se encontram no caminho, esta equidade<sup>13</sup> não acontece porque as condições são desiguais.

O que se pode analisar da relação entre igualdade de oportunidades e dos resultados restritos é que a

A meritocracia é um modelo de distribuição de recursos, prêmios ou vantagens, cujo critério único a ser considerado é o desempenho e as aptidões individuais de cada pessoa. Como uma das ideias que fundamenta moralmente o liberalismo, a meritocracia é um princípio essencial de justiça nas sociedades ocidentais modernas. A partir dessa ideia é que se justifica e se legitima a forma como os recursos estão distribuídos na sociedade. Segundo essa tese, a mobilidade social deve ser um resultado exclusivo dos esforços individuais através da qualificação e do trabalho. (BETONI, 2017, p. 1).

As políticas para a PcD deveriam favorecer a independência do indivíduo. Deve-se considerar, nessa reflexão, que, quando o Estado liberal sustenta a liberdade,

[...] não está desconsiderando as desigualdades sociais, pois prega que indivíduos mais talentosos têm o direito de serem materialmente recompensados. Por considerar o todo social resultante do somatório dos indivíduos, então, ao buscar melhores condições econômicas para si, o indivíduo contribuiria para o enriquecimento da sociedade. (ZANARDINI, 2008, p. 86).

Conforme os apontamentos de Zanardini (2006), o que se tem é o

[...] caráter liberal expresso, por exemplo, na preocupação com a

---

<sup>13</sup> A equidade é entendida como um equilíbrio entre o mérito e a recompensa, o que, para o autor, justifica a prioridade dada a esse conceito na atualidade, uma vez que há o endeusamento do mercado e, por isso, o aumento da concorrência e competitividade (SAVIANI, 1998, p. 28).. Equidade “[...] implica o reconhecimento e a legitimação das desigualdades, conduzindo ao tratamento igual dos desiguais” (SAVIANI, 2000, p. 56).

equidade, com a igualdade nas condições iniciais – presente tanto na preocupação com a inclusão de meninas e mulheres, portadores de necessidades especiais e demais grupos minoritários, como no incentivo para o investimento nos países menos desenvolvidos – e com a cooperação internacional. (ZANARDINI, 2006, p. 102).

A necessidade é de que o Estado mantenha o trabalhador para garantir a produção e a reprodução do capital. O trabalhador obtém, pelas lutas sociais, apenas o necessário para a sua subsistência e, portanto,

O Estado jamais ultrapassa um determinado teto, deixando todos os mecanismos do mercado funcionarem livremente sobre esse mínimo. São esses os casos do salário mínimo, dos limites mínimos para seguros e para o auxílio social. (FALEIROS, 2009, p.49).

O Estado, conforme Faleiros (2009), é aparentemente neutro, entretanto, em última instância, sempre atende aos interesses da classe dominante. Um dos atributos estatais deveria ser o tratamento igualitário das classes e então estabeleceria igualdade entre burgueses e proletários, sendo produtor de políticas com ênfase na equidade de acesso e de permanência.

O fato de se apresentar como social uma medida de política governamental, faz com que pareça boa à população. Assim, quando o governo fala de prioridades sociais, de prioridades humanas, aparece como defensor das camadas pobres, ao mesmo tempo em que oculta e escamoteia a vinculação dessas medidas à estrutura econômica e à acumulação de capital. (FALEIROS, 2009, p. 62).

Os autores Xavier e Deitos (2006) conceituam a política social como sendo uma estratégia governamental inerente à sociedade capitalista. Ressaltam que não é possível compreendê-las sem considerar as tensões e as disputas econômicas. Conforme aponta Vieira (2001), o governo não se confunde com o Estado. O governo se desenvolve de acordo com o Estado no qual a política social se encontra. Nesse sentido, o governo produz políticas conforme a demanda do Estado. O Estado, como arbitrário, rege as regras, ou seja, as atividades do governo são conduzidas da forma que convém aos controladores do Estado. Se este é movido pelo capital, o mais concernente é ser fugaz no que diz respeito a políticas de amparo social.

Faleiros (1991) apresenta as características do trabalhador num sistema capitalista: “[...] o trabalhador que produz mercadorias ou serviços também produz

suas condições de sobrevivência através do salário que recebe e gera riquezas que são apropriadas pelos capitalistas” (FALEIROS, 1991, p. 33).

Reitera-se que o objetivo de elaboração das políticas sociais está direcionado, também, à formação da PcD para contribuir com a produção capitalista. Essa possibilidade está acenada pela Lei Federal nº 8.213/1991, de 24 de julho de 1991, conhecida como a Lei de Cotas para a PcD, relativa à contratação de pessoas com deficiência nas empresas.

Art. 93 A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I-	Até	200	
empregados.....			2%
II-	de	201	a
500.....			3%
III-	de	501	a
1.000.....			4%
IV-	de 1.001 em diante.....		5%.

(BRASIL, 1991, s/p).

A Lei Federal nº 8.213/1991 dispõe sobre os planos de benefícios da previdência e dá outras providências para a contratação. Existe amparo legal que obriga as empresas a preencherem suas vagas em determinadas proporções, empregando, assim, PcD reabilitadas. Entretanto, estudos mostram a não efetivação dessa política: “[...] o Brasil é possuidor de um dos maiores contingentes de pessoas com deficiência do mundo (16 milhões), sendo que, destes, 60% encontram-se em idade de trabalhar, mas 98% dos mesmos estão desempregados” (PASTORE apud PEE - Unioeste, 2006, p. 6).

Para Dória e Tubino (2006), a educação e o esporte são armas no resgate de indivíduos em área de risco. Essas pessoas se manterão no tempo de sua vida fazendo coisas boas, ou seja,

[...] as atividades de lazer esportivo, mais do que preencher o tempo ocioso, desempenham um papel importante na vida das pessoas: são fundamentais para o desenvolvimento da sociabilidade e das relações interpessoais. Esporte é um fenômeno social, na história da humanidade [...]. (DÓRIA; TUBINO, 2006, p. 3).

Neste mesmo sentido, é preciso problematizar que, ao se falar em inclusão, existe um cenário contraditório, cenário

[...] em que convivem entidades que buscam a mera integração dos excluídos, por meio da participação comunitária em políticas sociais exclusivamente compensatórias, com entidades, redes e fóruns sociais que buscam a transformação social por meio da mudança do modelo de desenvolvimento que impera no país, inspirados em um novo modelo civilizatório no qual a cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social sejam imperativos, prioritários e inegociáveis. (GOHN, 2011, p. 24).

Nessa mesma perspectiva, Patto (2008) chama a atenção para o uso epidêmico da palavra “inclusão”, principalmente em um momento em que o capitalismo exclui os trabalhadores economicamente ativos e produz um excedente de mão de obra, avançando em estereótipos e preconceitos, quais sejam: cor da pele, nível de escolaridade, pessoa com deficiência, orientação sexual ou nível socioeconômico.

Num momento de dispensa em massa do trabalho, fala-se o tempo todo em incluir. Resta saber em que termo. Este é o cerne da questão. Para respondê-la é preciso entender o processo de exclusão sob o modo capitalista de produção ontem e hoje. (PATTO, 2008, p. 26).

O que se pode apreender, da análise desta subseção, é que o Estado e as políticas de inclusão social para as PcD, mesmo que cumprindo os limites inscritos em lei, podem representar falácias frente à realidade em que estamos inseridos, ou seja, numa dimensão do processo de luta pelos direitos humanos.

### 1.3 AS BASES LEGAIS E O FINANCIAMENTO PARA A PRÁTICA DO PARADESPORTO NO BRASIL

Gradativamente, as PcD têm conquistado a sua inserção em diferentes atividades na sociedade. Para compreender como o Esporte tem oportunizado a inclusão social é necessário entender quem são as entidades que financiam o paradesporto. Dessa forma, para analisar as políticas de inclusão, é necessário considerar que, no Brasil,

A produção total de procedimentos dos mais de 1.300 Serviços de Reabilitação (física, auditiva, visual e intelectual), em 2009, apresentou a frequência (com atendimento por equipe multiprofissional) de 17,4 milhões de procedimentos, com recursos da ordem de 334 milhões de reais. (SILVEIRA, 2010, p. 38).

As políticas preventivas que promovem o acesso às áreas de lazer, esporte e educação, oportunizam o bem-estar físico e mental a todos e, para as pessoas com nível de deficiência, o esporte representa um dos espaços para viver as suas emoções (ZUCHETTO; CASTRO, 2002).

O acesso das PcD aos diferentes espaços sociais é uma das condições para promover, por exemplo, o desenvolvimento psíquico da personalidade. Vigotski (1997) aponta a importância da atuação das PcD na sociedade da seguinte forma:

Ao entrar em contato com o meio externo, surge o conflito provocado pela falta de correspondência do órgão, a função deficiente, com suas tarefas, o que conduz a que exista uma possibilidade elevada para a mobilidade e a mortalidade. Este conflito origina grandes possibilidades e estímulos para a supercompensação. O defeito se converte, desta maneira, no ponto de partida e na força motriz principal do desenvolvimento psíquico da personalidade. Se a luta conclui com a vitória para o organismo, então, não somente vencem as dificuldades originadas pelo defeito, senão se eleva em seu próprio desenvolvimento a um nível superior, criando do defeito uma capacidade; da debilidade, a força; da menosvalia a supervalia. (VIGOTSKI, 1997, p. 77-78).

Cabe aqui ressaltar a importância do esporte como atividade social na vida da PcD. O esporte é preconizado a partir da Constituição Federal de 1988, que, no artigo 217, ressalta: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um [...]” (BRASIL, 1988). Essa política é efetivada, por exemplo, por meio da “bolsa atleta”, que é um Programa do Governo Federal, criado pela Lei Federal nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que beneficia os atletas e os paratletas de alto rendimento (BRASIL, 2004).

O acesso da PcD ao esporte é amparado, primordialmente, pela Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a qual dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social e que assegura, em seu artigo 2º:

Ao Poder Público e seus Órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1989).

Nesse mesmo sentido, Rui Portanova aponta:

A interpretação desse princípio deve levar em consideração a

existência de desigualdades de um lado, e de outro, as injustiças causadas por tal situação, para, assim, promover-se uma igualização [...]. Sua razão de existir certamente é a de propiciar condições para que se busque realizar pelo menos certa igualização das condições desiguais. (PORTANOVA, 2003, p. 1).

Na Constituição Estadual do Paraná<sup>14</sup>, de 1989, no artigo 197, afirma: “É dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um [...]”, assegurando, no parágrafo VII, “[...] equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência” (PARANÁ, 1989).

Para oportunizar o acesso da PcD aos diferentes espaços da sociedade há uma série de decretos que as amparam esse acesso. Nesse sentido, no que se refere ao acesso ao esporte, o atleta com deficiência vem sendo amparado legalmente por três decretos que incentivam a prática do paradesporto em nível nacional, como se pode constatar no Quadro 4:

**Quadro 4:** Decretos nacionais que amparam legalmente a prática do paradesporto

Decreto Federal nº 914, de 6 de setembro de 1993:	Preconiza, como uma das diretrizes da Política Nacional a Inclusão da Pessoa com Deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, acesso a todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à seguridade social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer
Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999:	Garante o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências, dispensando tratamento prioritário e adequado aos assuntos do que se trata. Define que os órgãos e as entidades da administração Pública Federal dispensarão tratamento prioritário e adequado que facilitem o exercício de atividades desportivas entre as pessoas com deficiência.
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009	Concede imediata efetividade à convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência. Em seu artigo 30 acorda que as pessoas com deficiência participem em igualdade de oportunidades com as demais pessoas de atividades recreativas, esportivas e de lazer.

FONTE: Brasil (1993; 1999; 2009). Disponíveis na página da Presidência da República. Elaborado pela autora.

<sup>14</sup> Disponível em: <[http://www.alep.pr.gov.br/system/files/corpo/constituic\\_parana.pdf](http://www.alep.pr.gov.br/system/files/corpo/constituic_parana.pdf)>.

Dentre os decretos mencionados no Quadro 4, o Brasil ratificou a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (2009) por meio do Decreto Federal nº 6.949/2009, no qual cita que “[...] as Pessoas com Deficiência participem, em igualdade de oportunidades (como as demais pessoas) de atividades recreativas, esportivas e de lazer”. (BRASIL, 2009). Ratificada no Brasil, adotada pela ONU, a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (2009) obteve, assim, equivalência de Emenda Constitucional, valorizando a atuação conjunta entre sociedade civil e governo, em um esforço democrático e possível (BRASIL, 2009).

A *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (2009) ressalta a importância de atividades recreativas, esportivas, turísticas e de lazer, como consta no texto do artigo 30, item 5:

Para que as pessoas com deficiência participem, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de atividades recreativas, esportivas e de lazer, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para: a) Incentivar e promover a maior participação possível das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis; *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* Secretaria de Direitos Humanos; b) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em atividades esportivas e recreativas específicas às deficiências e, para tanto, incentivar a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas; c) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso a locais de eventos esportivos, recreativos e turísticos; d) Assegurar que as crianças com deficiência possam, em igualdade de condições com as demais crianças, participar de jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar; e) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso aos serviços prestados por pessoas ou entidades envolvidas na organização de atividades recreativas, turísticas, esportivas e de lazer. (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2009, p. 58).

A Lei Federal nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em sua última atualização, no Capítulo IX contempla o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer. O artigo 43 enfatiza o direito constitucional e fortalece a responsabilidade do poder público em promover a participação das PcD “[...] em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar”:

I – incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

II – assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e III – assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas. (SENADO, 2015, p. 28, Grifos nossos).

Uma das atribuições do Ministério do Esporte (2016) é a elaboração de uma Política Nacional de Esporte. Em seu sítio eletrônico constam as iniciativas políticas que amparam o desporto e o paradesporto em nível nacional. Nesse caso,

Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano. (BRASIL, 2016, p. 1).

Nesse mesmo sentido, conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2012), o governo de Dilma Rousseff<sup>8</sup> (2011-2016)

[...] tem dado atenção específica às pessoas com deficiência, com vistas a ampliar o processo de construção e consolidação da democracia no Brasil. Para tanto, tem priorizado, cada vez mais, o diálogo permanente entre sociedade civil e governo na elaboração de políticas públicas, visando à inclusão social, à acessibilidade e ao reconhecimento dos direitos de mais de 24 milhões de brasileiros e brasileiras com deficiência. (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2012, p. 16).

O sucesso no esporte leva o indivíduo a ser reconhecido como cidadão e não simplesmente como atleta (CBO – Confederação Brasileira de Orientação, 1998). A Lei Pelé (Lei Federal nº 9.615/1998) destaca a democratização do esporte sem qualquer distinção ou formas de discriminação. Estabelece normas para diversos assuntos referentes à condução do esporte no Brasil. Entre esses temas, a Lei Pelé (1998) determina repasses de recursos das loterias federais para o Comitê Olímpico do Brasil – COB, o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB, o Ministério do Esporte – ME e a Confederação Brasileira de Clubes – CBC (BRASIL, 2016).

Conforme o artigo 6º da Lei Federal nº 9.615/1998, constituem recursos do Ministério do Esporte:

[...] I - receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;  
II - adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de

prognósticos a que se refere o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinado ao cumprimento do disposto no art. 7º;  
 III - doações, legados e patrocínios;  
 IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, não reclamados;  
 V - outras fontes. (BRASIL, 1998 s/p).

Instituída pela Lei Federal nº 12.395/2011, conhecida como Bolsa Atleta Pódio, tem a finalidade de apoiar atletas com chances de disputar finais e medalhas olímpicas e paraolímpicas. As bolsas variam entre R\$ 5 mil e R\$15 mil, com contrato de 12 meses, podendo ser reavaliado e o contrato prorrogado. O atleta, para ser contemplado, precisa atender a alguns requisitos, dentre eles estar situado entre os 20 melhores do *ranking* mundial ou na prova específica da modalidade. (BRASIL, 2016).

Os atletas paraolímpicos foram os primeiros a enviar os planos esportivos para análise e se tornaram os primeiros aprovados. Assim, em 2 de agosto de 2013, a presidente Dilma Rousseff (2015) recebeu uma delegação de atletas do CPB no Palácio do Planalto, em Brasília, e anunciou os primeiros beneficiados com a Bolsa Atleta Pódio. São patrocinados 242 atletas, de acordo com dados de outubro de 2015 (BRASIL, 2016).

**Figura 1:** Critérios de entrada e manutenção do valor da Bolsa Pódio



Fonte: Ministério do Esporte – Bolsa Atleta Pódio – Brasil 2016.

Outra forma de financiamento para o desporto e o paradesporto brasileiro são os patrocínios de empresas estatais. Nessa lista consta a Petrobras, a Infraero, a Eletrobrás, os Correios, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste.

Com o Plano Brasil Medalhas, as estatais ampliaram o volume de recursos voltados ao patrocínio esportivo das modalidades contempladas. Além disso, serão mantidos os patrocínios já existentes destinados a modalidades olímpicas e paraolímpicas que não fazem parte do Plano. (BRASIL, 2016, s/p).

Todavia, essa política comporta apenas os esportes olímpicos e paraolímpicos, não atendendo ao handebol em cadeira de rodas, por não ser paraolímpico e nem federado.

Assinada em 16 de julho de 2001, a Lei Federal nº 10.264, conhecida como Lei Agnelo/Piva, é um marco para o esporte brasileiro, por contribuir para a captação de recursos:

Desde sua criação e até o ano de 2015, a lei previa que 2% da arrecadação bruta das loterias federais em operação no país, descontadas as premiações, fossem destinados em favor do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), na seguinte proporção: 85% para o COB e os 15% restantes para o CPB. Além disso, a Agnelo/Piva determina ainda que, do total arrecadado por essas instituições, 10% deverão ser investidos no desporto escolar e 5% no desporto universitário. (BRASIL, 2016, p. 1).

Em 6 de julho de 2015 foi ratificada a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, lei que ampliou os recursos para esse setor, de 2% para 2,7%. Alterou de 15% para 37,04% a fatia destinada ao Comitê Paraolímpico. Entre os anos de 2007 e 2014, esses repasses ao CPB chegaram a R\$ 210 milhões (BRASIL, 2016).

A previsão de arrecadação para 2016 foi

[...] de R\$ 220 milhões, sendo R\$ 22 milhões para o esporte escolar e R\$ 11 milhões para o universitário. Dos cerca de R\$ 187 milhões restantes, R\$ 131 milhões serão destinados às confederações (R\$ 13,3 milhões a mais do que o orçado em 2015), sendo R\$ 98.280.600 aplicados diretamente nos programas das 29 confederações brasileiras olímpicas (exceto a de futebol) e outros R\$ 32.719.400 aplicados pelo COB em projetos alinhados ao planejamento estratégico de preparação de atletas e equipes para os

Jogos Olímpicos Rio 2016. (BRASIL, 2016, p. 1).

Sancionada em 10 de maio de 2002, a Lei Federal nº 10.451 alterou a legislação tributária brasileira. Essa Lei permite a importação de produtos esportivos com a isenção de Importação e do imposto sobre produtos industrializados (IPI). O artigo 9º dessa lei, cuja redação foi alterada pela Lei Federal nº 11.827, de 20 de novembro de 2008, estabelece que:

Art. 9º - São beneficiários da isenção de que trata o art. 8º desta Lei os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, os atletas das modalidades olímpicas e paraolímpicas e os das competições mundiais, o Comitê Olímpico Brasileiro - COB e o Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB, bem como as entidades nacionais de administração do desporto que lhes sejam filiadas ou vinculadas. (BRASIL, 2016, s/p).

Para as Olimpíadas de 2016, desde que o Brasil conquistou o direito de sediar as Olimpíadas em 2009, os convênios nessa direção cresceram significativamente. São mais de R\$ 225 milhões voltados diretamente para o alto rendimento (BRASIL, 2016). Conforme se constata no Figura 2, essa lei teve uma abrangência significativa.

**Figura 2:** Lei Federal nº 10. 451/2002 em números



Fonte: Ministério do Esporte - Lei Nº 10.451/2002 – Brasil 2016.

O foco da promoção desses financiamentos foi para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Essa preocupação se centrou no incentivo ao rendimento do atleta no que tange a competitividade de alto nível, sem direcionamento para a inclusão. A justificativa era a de que

Isso representa um importante incentivo para que os esportistas, olímpicos e paraolímpicos, desenvolvam ao máximo suas potencialidades e atinjam o auge de suas formas físicas, técnicas e psicológicas nos Jogos de 2016, deixando também um legado para as próximas gerações. (BRASIL, 2016, s/p.

Nessa análise, observa-se, no entanto, que a Política de Inclusão da PcD, particularmente no paradesporto, ainda precisa avançar, visto que a defesa do desenvolvimento das potencialidades está voltada para os que se destacam, como se pode constatar nos critérios para a obtenção de Bolsa Atleta Pódio para os atletas com chances de disputar medalhas Olímpicas e Paraolímpicas. Isso significa que a política de inclusão da PcD, integrante da política social, tem uma dimensão focalizada, como é o caso para os atletas que têm chances de disputar as medalhas, conforme mencionado. Em síntese, em âmbito nacional, as políticas de inclusão da PcD, em especial para o esporte adaptado, ainda não estão consolidadas, uma vez que não abrange as diferentes modalidades de esporte, como é o caso do handebol em cadeira de rodas da ATACAR.

Neste sentido pode-se verificar a contradição existente ao se propor incluir por meio do esporte, partindo do princípio da compensação da deficiência (estudos de Vigotski 1896-1934), observa-se que as políticas mencionadas tem o efeito contrário, se compensa aquele que por vezes já esta incluso, devido suas limitações não restringirem suas atividades (oportunizando ao mesmo o pódio) e assim ser amparado por essas propostas excludentes, que não se direcionam aqueles que não trazem resultados.

## 2 A ATACAR: POLÍTICAS DE ESPORTE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR

Na primeira década do século XXI, o município de Toledo/PR contou com um suporte inclusivo por meio da instituição ATACAR, que passou a atender as pessoas com deficiência física e suas famílias, contribuindo assim para adaptação de recém-lesionados e fortalecendo as ações que incitavam a qualidade de vida por meio do esporte adaptado.

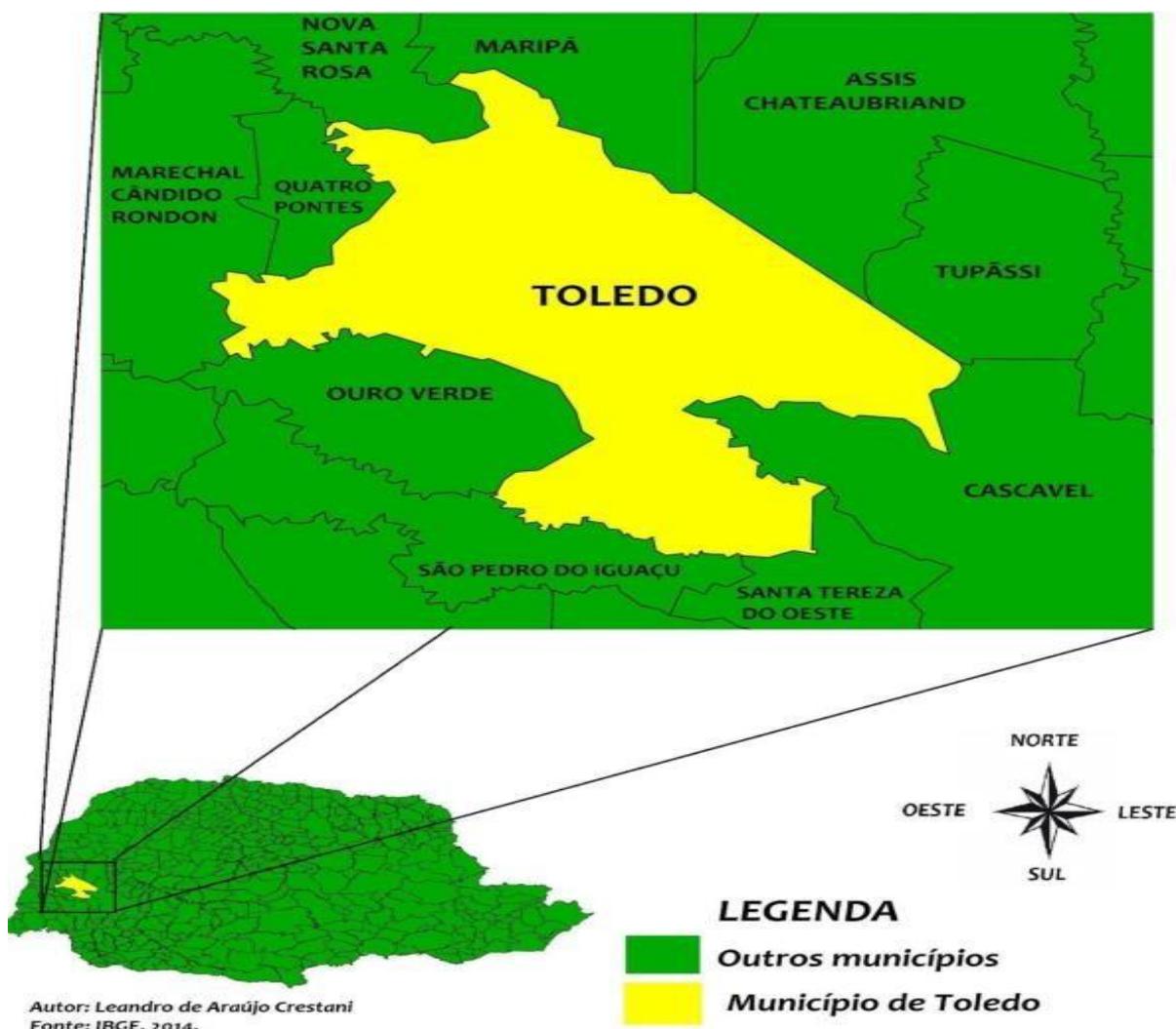
Este capítulo, dessa forma, tem o objetivo de historicizar o processo de implementação de políticas sociais na ATACAR de Toledo/PR que visam assegurar o processo de inclusão social para as pessoas com deficiência. Contempla três subseções: i) *O movimento associativista de pessoas com deficiência física em Toledo/PR*; ii) *a Atacar: fundação, objetivos e os campeonatos de handebol em cadeira de rodas – HCR*; e iii) *a Atacar: os desafios das políticas sociais para inclusão social da pessoa com deficiência física*.

### 2.1 O MOVIMENTO ASSOCIATIVISTA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM TOLEDO/PR

O município de Toledo está situado na região Oeste do estado do Paraná. Foi emancipado em 1951, do município de Foz do Iguaçu por meio da Lei Estadual nº 790, sancionada pelo governador do Paraná da época, Bento Munhoz da Rocha Neto (TOLEDO, 2017). O município de Toledo conta com uma população de 132.077 pessoas, segundo os dados do Censo do IBGE de 2015 (IBGE, 2015).

A área do município é 1.205,501km<sup>2</sup> e limita-se ao norte com Maripá e com Nova Santa Rosa; ao sul, com Santa Tereza do Oeste e com São Pedro do Iguaçu; a leste, com Assis Chateaubriand, com Tupãssi e com Cascavel; a oeste, com Quatro Pontes, com Marechal Cândido Rondon e com Ouro Verde do Oeste (TOLEDO, 2009, p. 14), conforme Figura 3.

**Figura 3:** O município de Toledo no Estado do Paraná e seus limites



Fonte: IBGE, 2014. Autor: Leandro de Araujo Crestani.

O município de Toledo tem no cultivo de grãos a principal produção que impulsiona a sua economia. Concentra cooperativas e outras empresas do ramo, sendo um dos maiores produtores de grãos do estado: “A produção agrícola e a pecuária foram e são os mais importantes elementos da economia de Toledo” (TOLEDO, 2009, p. 39).

O Índice Educacional medido por meio da Prova Brasil, registrado pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, indicou, em sua última realização, no ano de 2015, a média de 6,7 para o município (INEP, 2015).

Em relação à pessoa com deficiência, no Brasil, conforme dados do IBGE, Censo de 2010, 23,9% da população declarou possuir pelo menos um tipo de

deficiência. O índice de pessoas com deficiência no município de Toledo/PR é de 16%.

No Quadro 5 pode-se constatar a prática paradesportiva em relação ao índice de pessoas com deficiência física.

**Quadro 5:** Índice de pessoas com deficiência em relação à prática paradesportiva do município de Toledo/PR (2017)

Pessoas com Deficiência Física e/motora	Paradesporto do município	ATACAR
9.327	20	23

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2010; ATACAR – Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas; SMEL– Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Toledo. Elaborado pela Autora.

Para a análise do Quadro 5 deve-se considerar que muitas pessoas com deficiência não são associadas da ADFT – Associação de Deficientes Físicos de Toledo, tampouco a outra instituição similar. Outro aspecto a ser considerado é que há coincidência de atletas que participam de alguma modalidade esportiva representando a ATACAR e a SMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Toledo, contabilizando dois atletas.

As pessoas com deficiência começaram a se organizar em grupos com objetivos comuns. No município de Toledo, as iniciativas, nesse sentido, não foram diferentes. Para a análise dos grupos organizados no município de Toledo realizou-se um levantamento das associações que amparam a PcD, com destaque para os seus objetivos.

A APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Toledo foi a primeira associação de Toledo, fundada em 7 de abril de 1974 (SILVA apud JOHANN, 2011, p. 76). Assim, a história do movimento apaeano no município de Toledo está relacionada ao objetivo de ofertar atendimento às PcD intelectual, que, até então, estavam às margens do processo educacional especializado. Estabeleceram-se, no momento de fundação, os objetivos de “[...] promover o bem-estar, proteção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, bem como, estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais” (APAE de TOLEDO - Livro Ata apud JOHANN, 2011, p. 76).

Com direcionamento próprio para a educação especial, especificamente para alunos surdos, em 1977, em Toledo/PR, também passou a contar com a escola Escola Especial Mundo da Fala: “[...] que funcionou em um espaço cedido e mantido pelo poder público, entidade rotariana e estava vinculada à mantenedora Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos – APADA [...]”. (SANTI; ORSO, 2017, p. 6).

No ano de 1979 foi fundada a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos – APADA, que atendia crianças com deficiência auditiva. A Apada é uma “[...] entidade civil, assistencial e educacional sem fins econômicos, que atende os deficientes auditivos de Toledo e região” (JORNAL DO OESTE, 2013).

Com a Lei municipal nº 1.676/91 de 23 de setembro de 1991, instituiu a Associação dos Deficientes Físicos de Toledo – ADFT, com sede e foro na cidade de Toledo-PR.

A Associação dos Deficientes Físicos de Toledo - ADFT, fundada em 28 de junho de 1991, é uma entidade civil de direito privado, com finalidade não econômica, com duração indeterminada, personalidade jurídica na forma da lei civil, que tem por objetivo atender às pessoas com deficiência física independente do seu comprometimento, na garantia dos seus direitos. (TOLEDO, 2006, p.1).

A ADFT é a primeira instituição a atender pessoas com deficiência física no município de Toledo/PR. A ADFT tem o objetivo de:

Assegurar um espaço de discussão para garantia de direitos da pessoa com deficiência física, onde eles possam fazer várias atividades como: fisioterapia, equoterapia, hidroterapia, campeonatos, gincanas, entre outros. Oportunizar às pessoas com deficiência o direito de participar em várias atividades em condições de igualdade e segurança. Tornar a Entidade em um centro de atendimento a pessoa com deficiência (PROJETO- ADFT, 2006, p. 2).

No ano de 2002 foi organizado, pela comunidade de deficientes visuais do município de Toledo/PR, a Associação dos Deficientes Visuais de Toledo – ADVT, a qual contribui para a defesa dos direitos sociais amparando, por meios de embates, a PcD.

O Projeto AMA - Atividade Motora Adaptada<sup>15</sup> iniciou em 1999 no município de Umuarama/PR, sendo ampliado para o município de Toledo, em 2000. A coordenadora Aline Strapasson (2011), em entrevista para a página da Universidade UNIPAR, ressaltou que o projeto vem oferecendo à comunidade de Toledo/PR e da região a oportunidade de praticar atividades físicas, esportivas e recreativas adaptadas. O projeto começou ofertando atividades aquáticas para deficientes mentais e o tênis de mesa para deficientes físicos. Em 2002 foi implantado o judô e o goalball, para deficientes visuais, e o xadrez adaptado (UNIPAR, 2011). Em 2007, o projeto deu início a atividades de estimulação precoce com bebês portadores de síndrome de Down e atividades recreativas com pessoas surdas e com transtornos mentais (UNIPAR, 2011).

Em 2010, o Projeto AMA incluiu o badminton adaptado. As atividades são supervisionadas por quatro professores e monitoradas por 40 estudantes de Educação Física: “Nossos alunos podem aliar teoria à prática e atuam desenvolvendo o trabalho de professores, treinadores e/ou acompanhantes dos nossos participantes [...]”, ressaltou a coordenadora na mesma entrevista (UNIPAR, 2011).

Em uma produção incomum, Baessa, Storch e Strapasson (2013) analisam o Projeto AMA - Atividade Motora Adaptada:

O Projeto AMA apresenta grande repercussão no âmbito universitário, agregando parcerias entre os cursos de EF e Fisioterapia, via encaminhamento de pacientes para o projeto, além da comunidade local e regional, demonstrando, assim, o compromisso da Universidade com a inclusão social, saúde e qualidade de vida de pessoas com NEE, pois acreditamos nas capacidades, possibilidades e potencialidades deste público. Além disso, busca-se promover melhor embasamento teórico-prático dos acadêmicos do curso de EF participantes, oportunizando a vivência e qualificação profissional. (BAESSA; STORCH; STRAPASSON, 2013, p. 80).

A implementação da modalidade HCR partiu da implantação do Projeto AMA e teve como idealizador o professor José Irineu Gorla e foi coordenado pelo

---

<sup>15</sup> O termo “Atividade Motora Adaptada” não é designado somente para as pessoas com deficiência, pois ela apresenta um âmbito conceitual amplo, abrangendo outros tipos de limitações/desvantagens/incapacidades, sejam elas temporárias ou permanentes (RODRIGUES, 2006, p. 41). Adaptada também pode significar “[...] adequar a exigência da tarefa ao nível de desempenho do executante” (RODRIGUES, 2006, p. 41).

professor Ricardo Alexandre Carminato:

A implementação da modalidade HCR [handebol em cadeira de rodas] que partiu da implantação do Projeto AMA, idealizado pelo Professor Dr. José Irineu Gorla junto ao Curso de Educação Física da Universidade Paranaense e coordenado pelo Professor Ricardo Alexandre Carminato junto a UNIPAR CAMPUS TOLEDO (CALEGARI; GORLA; CARMINATO, 2005, s/p).

Sem o objetivo de promover a prática esportiva, a AMA, instituída em 2000, proporcionou os primeiros contatos para o que viria a ser a inclusão por meio do esporte adaptado que se tem atualmente.

Estudos demonstram os benefícios promovidos por projetos de extensão universitária dirigidos para PcD. Por meio dessas iniciativas pode-se promover a socialização, as relações interpessoais, a autoestima e os acréscimos no repertório motor (NABEIRO; ZONTA, 2006); avanço na mobilidade, melhora das atividades da vida diária (AVDs), da autoconfiança e da percepção corporal dos alunos (BORELLA et al., 2011).

No mesmo estudo já mencionado anteriormente, as pesquisadoras Aline Miranda Strapasson, Jalusa Andréia Storch e Dcheimy Janayna Baessa desenvolveram a caracterização dos participantes do projeto por meio de um questionário, cuja amostra foi de 88 pessoas. Registraram, entre outras peculiaridades, que, entre os avaliados e ativos economicamente, 75% não trabalham (66); 14% recebem auxílio do governo por meio da Lei Federal nº 8.213/1991 (BRASIL, 1991), que garante a aposentadoria por invalidez (12); e 11% trabalham (10).

Entre as funções exercidas pelo grupo economicamente ativo, as profissões mencionadas foram: auxiliar administrativo (1), marceneiro (1), secretária (1), bancário (1), professor (1), advogado (1) e servidor público (1). (STRAPASSON; STORCH; BAESSA, 2013, p. 5).

Em âmbito nacional, o handebol em cadeira de rodas – HCR, segundo Itani; Araújo e Almeida (2004), principiou oficialmente na Universidade de Campinas – UNICAMP, no ano de 2004, partindo de estudos sobre o desenvolvimento e a prática do handebol adaptado para pessoas com deficiência.

Em 2005 ocorreram as primeiras iniciativas em torno do esporte adaptado no município de Toledo/PR. Pretendia-se adaptar o handebol convencional para ser

jogado por pessoas com deficiência física. Foi a partir da vivência dos professores Décio Roberto Calegari, José Irineu Gorla e Ricardo Alexandre Carminato que

Iniciaram a prática do Handebol Adaptado em Cadeiras de Rodas com deficiente físico com lesão medular; sequela de poliomielite; mielomeningocele; amputação de membro inferior; Má-formação congênita e outros fatores que causam limitação física e motora. (CALEGARI; GORLA; CARMINATO, 2005, s/p).

Calegari (2010) avalia os fatores conjunturais de cada modalidade para que o caminho escolhido possa representar uma alternativa viável de construção do paradesporto e seu reconhecimento seja viabilizado. No caso específico do handebol em cadeira de rodas, os modelos adotados inicialmente foram a organização por modalidade, com a fundação de uma associação nacional que pudesse ficar responsável pela organização de competições e das seleções brasileiras. Nesse sentido, é reconhecida ABRHACAR – Associação Brasileira de Handebol em Cadeira de Rodas:

A opção por fundar uma Associação, ao invés de uma Confederação também explicita a opção por um modelo de cooperação, pois, ao fundarem uma Associação, os responsáveis pela modalidade mantiveram aberto o canal de comunicação com as entidades nacionais e internacionais responsáveis pela organização do Handebol. Ao filiar a ABRHACAR na Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) seus dirigentes oficializam essa parceria cooperativa, aproveitando as sinergias que as organizações estaduais (Federações), nacionais (Confederação) e internacionais (IHF, PATHF) proporcionam ao desenvolverem o Handebol enquanto esporte. (CALEGARI, 2010, p. 38).

A ABRHACAR é amparada pelo regulamento geral que normatiza a associação e os demais clubes a ela vinculados. No capítulo XII, seção I - DA ABRHACAR, artigo 60, estão estabelecidos os deveres e as obrigações dessa associação nacional:

À ABRHACAR, entidade responsável pela direção, difusão e organização do Handebol em Cadeira de Rodas no país, cabe: a) Cumprir e fazer cumprir as Regras Oficiais da modalidade, o Regulamento das Competições, as disposições legais e estatutárias, ressalvados ajustes liberados por Lei ou Regulamento; b) Fornecer as bolas para a fase final da competição, somente quando necessário; c) Designar através de Portaria: membros da Comissão Executiva (Delegado, Coordenador de Arbitragem, Representante da Federação sede) e Árbitros; d) Tomar providências de ordem técnico-administrativa, necessárias à organização das competições; e)

Elaborar, através do Departamento Técnico, as tabelas das competições por ela promovidas; f) Aplicar Medidas Disciplinares Automáticas, de acordo com os Relatórios de Ocorrências dos Árbitros e Delegados, nas equipes participantes, comissão técnica, atletas, dirigentes, conforme disposições regulamentares, através da Comissão Executiva e Comissão Nacional de Competições. (ABRHACAR, 2014, p. 35).

No ano de 2011, por meio da Lei Municipal nº 2.072, de 16 de setembro, foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMPCD de Toledo.

Art. 3º – Cabe aos órgãos do Poder Público desenvolver ações visando a assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos quanto à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Artº 4 traz os objetivos do conselho

III – acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais de acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras relativas à pessoa com deficiência;

VIII – acompanhar o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência. (TOLEDO, 2011, p. 2).

No ano de 2014, o município passou a contar com a Coordenadoria da Pessoa com Deficiência e Paradesporto – COODEP, proposta esta que se encerrou com a nova gestão 2017-2021. Hoje a responsável pelo paradesporto no município, além da ATACAR, que desenvolve o HCR, basquete em cadeira rodas e o PBd, é a SMEL, desenvolvendo a paracanoagem e a bocha adaptada. A proposta inclusiva é suprida com recursos públicos municipais por meio da SMEL e da LIE – Lei do Incentivo ao Esporte vivenciada pela ATACAR.

Pode-se dizer que o estudo demonstrou que a história das associações que atendem as PcD no município de Toledo/PR é recente. Embora sejam ofertadas essas práticas adaptadas, dados obtidos no setor paradesportivo do município e na ATACAR demonstraram que é mínimo o acesso ao paradesporto.

O histórico da fundação da ATACAR, os objetivos preconizados e a participação de seus atletas nos campeonatos de handebol em cadeira de rodas –

HCR serão abordados a seguir.

## 2.2 A ATACAR: FUNDAÇÃO, OBJETIVOS E OS CAMPEONATOS DE HANDEBOL EM CADEIRA DE RODAS – HCR

Tendo em vista que o desporto adaptado<sup>16</sup> é pouco divulgado e, como constatado em trabalhos anteriores, é pouco conhecido, há a necessidade de prosseguimento sistemático dessa prática, pois o desporto possibilita à PcD uma prática junto à comunidade local, uma prática recreativa e de desenvolvimento de suas potencialidades emocionais, sociais e físicas, preferencialmente que estas se dêem no coletivo.

Nesse sentido, a psicologia histórico-cultural de Vigotski (1991) afirma que o ser humano se constitui enquanto sujeito a partir das relações estabelecidas com o outro. Ainda nessa perspectiva, Vigotski (1987) relaciona a importância do ambiente em que vivemos para o desenvolvimento do ser humano e, quando esse ambiente não está de acordo com as necessidades, devemos transformá-lo, adaptá-lo para possibilitar o desenvolvimento máximo de suas potencialidades.

Como anunciado, o atleta com deficiência é amparado legalmente por três decretos<sup>17</sup> que incentivam a prática do paradesporto em nível nacional. É nessa direção que a prática desportiva da ATACAR do município de Toledo/PR está sustentada. Todavia, para contextualização da ATACAR, é necessário destacar a data de 9 de agosto de 2006, momento em que, na cidade de Toledo/PR, se reuniram atletas e demais interessados com a finalidade de fundar a Associação Toledense dos Atletas em Cadeira de Rodas – ATACAR. Os trabalhos iniciaram com o professor Décio Roberto Calegari, saudando todos os presentes e solicitando a indicação de uma pessoa para presidir a assembleia geral. Por aclamação, designou-se a secretária Daniely Patricy da Silva Alli, que redigiu a Ata (ATACAR - Livro Ata, 2006, p. 1).

Na assembleia, foram destacados os principais artigos do estatuto social, que foi aprovado. Em seu primeiro artigo consta a definição da ATACAR - Associação

---

<sup>16</sup> Experiências esportivas modificadas ou especialmente designadas para suprir as necessidades especiais de indivíduos. O âmbito do esporte adaptado inclui a integração de pessoas portadoras de deficiências com pessoas "normais", e lugares em que se incluem apenas pessoas com condições de deficiência (WINNICK, 1990).

<sup>17</sup> Conferir Quadro 4.

Toledense dos Atletas em Cadeira de Rodas: “É uma sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto [...]” (ATACAR- Livro Ata, 2006, p. 1).

No artigo 3º do estatuto da ATACAR consta que “A associação poderá firmar convênios ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicas e ou privadas.

Os objetivos da ATACAR são, de acordo com o Estatuto Social (2006):

Organizar a prática do Esporte Adaptado no município de Toledo e região; Estimular a prática do esporte para pessoas com Deficiência; Promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Inicialmente esses objetivos alavancados seriam alcançados por meio das modalidades de Handebol em Cadeira de Rodas, Parabadminton, Atividades Aquáticas, Tênis de Mesa e Dança. Atualmente a associação contempla as modalidades de HCR, Basquete em Cadeira de Rodas, e o Parabadminton que tem promovido a Inclusão Social, autonomia, reabilitação, proporcionando benefícios não só ao atleta, mas também a seus familiares. (ATACAR- Livro Ata, 2006, p. 2).

Ao analisar os objetivos da ATACAR, verificou-se, a compreensão dos associados, a afinidade com a sua organização política em si, afirmando que os conhecem, mas, ao solicitar que indicassem algumas ações que efetivarm os objetivos da associação e como eram desenvolvidas, não mencionaram no momento da entrevista.

Com a fundação concluída, ocorreu a eleição de membros da diretoria, elegendo assim, Oldemar Barbosa para presidente, Márcio José Marchi dos Santos para vice-presidente, Gilmar Pereira para tesoureiro, Daniely Patricy da Silva Alli para secretária, Alselmo de Athayde Costa e Silva para diretor técnico, mais os conselheiros fiscais: Janaína Melo da Silva, Viviane Bernegossi Peres, Sidney Silvério e Paulo Ricardo Emanuelli (ATACAR- Livro Ata, 2006, p. 1).

Os membros participantes dessa eleição foram os próprios atletas e profissionais que atuaram diretamente com a proposta da ATACAR, educadores físicos, fisioterapeuta e estagiários, que contribuíram para a consolidação: “Como presidente eleito, o Sr. Oldemar Barbosa, Atleta, manifestou o seu propósito de tudo fazer para o êxito no cumprimento de sua missão”. (ATACAR- Livro Ata, 2006, p. 2).

A política que tem estruturado a ATACAR é a Lei de Incentivo ao Esporte – LIE, (Lei Federal nº 11.438/2006) (BRASIL, 2006), a qual permite que empresas e

pessoas físicas invistam parte do que pagariam de imposto de renda em projetos esportivos, desde que aprovados pelo Ministério do Esporte (ME): “As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido”. (BRASIL, 2016, s/p).

Nesse momento se compreende a LIE com a formação de parcerias com as empresas, proposta essa mencionada pelas orientações do Banco Mundial (1997), a qual visa contribuir com a consolidação da reforma da nova conjuntura estatal.

A política que tem financiado a Associação ATACAR é compreendida pela diretoria como um processo burocrático:

[...] a elaboração do projeto submetido ao Ministério do Esporte - ME é burocrático, na ATACAR um dos fundadores sempre esteve à frente nos tramites do projeto, neste ano o Coordenador Anderson Ceroni Cândido o produziu e se responsabilizou pelas questões administrativas. Com a aprovação desde projeto a associação terá amparo financeiro com validade de 12 meses para adquirir materiais esportivos, uniformes, contratação de colaboradores no setor administrativo, contábil e imprensa. (ATACAR - Livro Ata, 2017, p. 2).

Ao nos remetermos à políticas de esporte adaptado, entendemos que são políticas focalizadas. A LIE é uma das políticas que abrange não somente esporte de alto rendimento, entretanto é a única política efetiva dentro da associação que está sujeita à não aprovação.

Numa perspectiva inclusiva, alguns desafios são evidenciados quanto às limitações fisicomotoras, sensoriais e intelectuais da PcD, como também o desenvolvimento das potencialidades por meio, por exemplo, das atividades físicas e/ou desportivas:

Entende-se por atividade esportiva inclusiva, toda e qualquer que, levando em consideração as potencialidades e as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais dos seus praticantes, propicie a sua efetiva participação nas diversas atividades esportivas recreativas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Ressaltam que, numa perspectiva inclusiva, para se desenvolver trabalho com pessoa portadora de deficiência através de atividade física, não é suficiente conhecer apenas suas características nos aspectos físicos, mas é necessário o entendimento de suas relações com os demais participantes, com as atividades físicas e/ou desportivas e o significado dessas atividades para eles. Em sua essência, essas perspectivas não são diferentes às propostas para os não portadores de deficiência. (AZEVEDO; BARROS, 2004, p. 3).

Por outro lado, no esporte de rendimento, tal como os esportes paraolímpicos, ocorre uma seleção predeterminada de seus participantes, pois cada modalidade apresenta um sistema de classificação esportiva que determina os critérios baseados nas habilidades funcionais identificadas pelas áreas-chave que afetam o desempenho para a *performance* básica do esporte (IPC- Internacional Paralympic Committe, 2014).

Atualmente são reconhecidas quatro categorias de deficiências que podem participar das competições paraolímpicas: paralisados cerebrais, deficientes visuais, *les autres*<sup>18</sup> e atletas em cadeira de rodas (IPC, 2014). Seguindo essa filosofia, pode-se dizer que grande parte dos atletas do HCR e PBd passaram por todo o processo de iniciação esportiva e hoje estão na categoria de atletas de rendimento e seguem uma agenda de treinamento intensiva (CALEGARI; GORLA; ARAÚJO, 2010).

Os atletas do município de Toledo/PR, a partir de 2013, são amparados pela Lei “R” Nº 10, de 19 de março de 2013, que propõe manter as atividades das escolinhas esportivas,

[...] visando a que as crianças e adolescentes tenham uma opção de lazer e de ocupação no contraturno escolar, minimizando, conseqüentemente a sua ociosidade e as chances de seu envolvimento com drogas e violência. (TOLEDO, 2013, p. 1).

A Lei “R” Nº 10/2013 instituiu, no âmbito do município de Toledo, o Programa “Esporte Cidadão” e estabeleceu critérios para o seu desenvolvimento.

No ano de 2017, com o novo Programa Esporte para Todos, contradizendo sua nomenclatura, é realizado um corte nos recursos destinados às equipes desportivas. A ATACAR foi uma das associações que deixaram de contar com esse suporte financeiro, conforme a ATA da reunião da SMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Toledo/PR, que regulamenta a retirada do benefício.

Em função de nova legislação Federal (Lei 13019/2014), houve a necessidade de alteração na forma de disponibilizar o benefício, anteriormente denominado repasse voluntário a entidades

---

<sup>18</sup> No esporte paraolímpico, o termo *les autres* ("os outros", em francês) é utilizado para descrever atletas em uma gama de condições que resultam em deficiências de locomoção (como o nanismo, pólio, distrofia muscular, lesões ortopédicas) e que não se encaixam no sistema tradicional de classificação por deficiência física.

esportivas. Para que possamos viabilizar competições e treinamentos de equipes que representam nosso Município em Jogos Oficiais do Paraná, optou-se por 'adiantamento para pequenas despesas' (pagamento de arbitragem, taxas de federação, confederação, hospedagem, alimentação de atletas, aquisição de medicamentos, dentre outras despesas durante a participação das Seleções do Município em eventos esportivos). (TOLEDO, 2017, p. 1).

O Programa Atleta na Universidade, instituído pela Lei "R" nº 121/2014 e pela Lei "R" nº 170/2014, contribui para formar os atletas da ATACAR, pois, como os dados mostraram, há uma baixa adesão dos associados em cursos superiores. Os objetivos do Programa Atleta na Universidade são:

[...] a) Incentivar os atletas que representam o Município de Toledo em competições oficiais, a permanecerem em treinamento e, ao mesmo tempo, colocar em prática suas experiências esportivas, melhorando, com isso, a qualidade de nossos atletas de base; b) Possibilitar aos atletas do Município cursar universidade e, ao mesmo tempo, manter-se em pleno treinamento na sua modalidade esportiva; c) Elevar o nível de participação de nossas modalidades esportivas em eventos estaduais, nacionais e internacionais. (TOLEDO, 2017, p. 1).

A Lei "R" nº 121/2014, no artigo 2º, contempla alguns objetivos do Programa Atleta na Universidade:

[...] V – estimular a prática de esportes por pessoas com deficiência física, como forma de aumentar a sua autoestima e valorização pessoal;  
V – viabilizar oportunidades e condições para a reinserção e a reintegração social das pessoas pelo esporte [...]. (TOLEDO, 2013, p. 1).

Neste contexto, as políticas de inclusão têm como objetivo buscar, no indivíduo com limitações, a possibilidade de ser "integrado", mas com fragilidade no que se refere à qualidade de vida, ao bem-estar físico e emocional. O que seria necessário, como analisa Bertolin (2012), como reforma que também considerasse a dimensão cultural:

Há de se observar que, geralmente, os países que se preocupam com a qualidade de vida de seus deficientes são aqueles que passaram por longas guerras e viram retornar um grande número de mutilados, que tinham por obrigação receber bem. O Brasil não teve essa experiência e, portanto, não conseguiu esse amadurecimento. Muito ao contrário, em nosso país, grande número de deficiências é causado – ou agravado – pela miséria, que cria gerações de

subnutridos, e pela inexistência de um serviço de saúde, que garanta a todos um pré-natal, por meio do qual muitas doenças poderiam ser evitadas ou tratadas; miséria que induz as pessoas a prestarem trabalho submetidas às piores condições, com grave risco à sua saúde e à sua integridade física. Considere-se, ainda, que tais pessoas, doentes ou acidentadas, não recebem tratamento ou reabilitação que lhes permita retornar às suas atividades [...]. Leis, há muitas, sobre o assunto. Belas leis em consonância com os mais modernos documentos internacionais acerca da matéria. 'Mas o maior desafio é o da mudança cultural, e esta não se realiza por decreto'. Urge uma reforma cultural, pois um país que não trata seus cidadãos como seres humanos e não lhes garante, de fato, os direitos mais fundamentais (e o trabalho é condição para a inserção do ser humano na sociedade; e condição para a cidadania) está fadado a nunca sair da miséria. (BERTOLIN, 2012, s/p).

Esse excerto contribui para refletir sobre as políticas de inclusão no Brasil, cujo processo de inclusão se torna antagônico frente aos princípios liberais<sup>19</sup> que, dentre eles, nega o princípio da igualdade da humanização e da autonomia desses sujeitos.

A desigualdade é condição de existência do capitalismo, embora encoberta pela aparente igualdade perante a lei, de contatos, de relacionamentos ou de algumas oportunidades. A desigualdade estruturante da sociedade não está isenta de conflitos e de mudanças em algumas relações. Desigualdade significa relação de exploração de uns sobre outros, de concentração de poder, riqueza, ativos, capitais culturais, simbólicos, políticos, familiares de habilidades, reconhecimentos e diplomas. A desigualdade estruturada é também estruturante das relações de organização e participação na vida social e convém aos que dela obtêm vantagens em mantê-la e ampliá-la. A desigualdade traz benefícios para uns em detrimento de outros, configurando uma relação dialética, portanto em permanente movimento e, não raro, em conflito. As posições decorrentes da estrutura de desigualdade se combinam na vida cotidiana, tornando-a mais fácil para os detentores de forças dominantes de lugares do topo da sociedade. (FALEIROS, 2009, p. 4).

É nesse sentido que se pode problematizar que as experiências decorrentes da participação nos campeonatos locais, estaduais, nacionais e internacionais dos atletas da ATACAR de Toledo/PR, através do handebol em cadeira de rodas – HCR,

---

<sup>19</sup> A doutrina liberal, instrumento de luta da burguesia contra o Antigo Regime, fundava-se nos princípios da individualidade, da liberdade, da propriedade, da igualdade e da democracia. A respeito, ver, dentre outros: CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1979; XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

não constitui uma modalidade paraolímpica, ou seja, não é contemplado por grande parte das políticas de esporte. Para fazer parte dessa modalidade é necessário atender a alguns critérios estabelecidos, tais como as regras da Federação Internacional de Handebol, tendo sutis adaptações; ser praticado em todos os continentes; e contemplar as modalidades feminina e masculina. Por não ser uma modalidade reconhecida, acaba por não ser contemplada em algumas políticas de esporte.

Todavia, a ATACAR, em seu processo de construção até o modelo atual da modalidade pautada na prática do esporte adaptado dos atletas em cadeira de rodas da associação, participou de eventos paradesportivos, conquistando títulos para o município de Toledo/PR. Nos dois campeonatos foram disputadas as modalidades HCR 720 e HCR 421 (ATACAR, 2017), em 2006 e 2008, respectivamente, sendo no último campeonato a estreia do HCR 4 Feminino. O objetivo central dessa participação nos campeonatos é o de interagirem com outras equipes, realizando trocas de experiências com outros atletas.

A participação na 1ª Copa Oeste de Handebol em Cadeira de Rodas (HCR) ocorreu em 10 de junho de 2006 entre as equipes UNIPAR/TOLEDO, UNIPAR/UMUARAMA E FAG/CASCAVEL. (ATACAR, 2017).

A 2ª Copa Oeste de HCR foi realizada em 27 de maio de 2007 entre as equipes UNIPAR/ATACAR, UNIPAR/UMUARAMA e PONTA GROSSA/APEDEF (ATACAR, 2017).

A 3ª Copa Oeste de HCR foi realizada de 23 a 25 de maio de 2008 entre as equipes ATACAR/UNIPAR/TOLEDO e RODA SOLTA/ITAJAÍ/SC. As três edições desse campeonato foram sediadas no município de Toledo na Universidade Paranaense – UNIPAR CAMPUS II. Na última edição, como exposto, a novidade foi a estreia do HCR 4 Feminino, além das modalidades já conhecidas HCR 7, HCR 4. (ATACAR, 2017).

Em âmbito estadual aconteceu o primeiro campeonato paranaense no ano de 2011. Esse evento contou com a participação de cinco equipes: ATACAR/UNIPAR/TOLEDO/VOLVO/OI; P. M. SÃO MIGUEL DO IGUAÇU; P. M.

---

<sup>20</sup> HCR 7 – Handebol em Cadeira de Rodas jogado por sete atletas (CALEGARI, 2010).

<sup>21</sup> HCR 4 – Handebol em Cadeira de Rodas jogado por quadro atletas (CALEGARI, 2010).

FRANCISCO BELTRÃO; UNIPAR/CIANORTE; e UNIMED/UEM/MARINGÁ/PROEFA (ATACAR, 2017). Desde então esse evento tem acontecido anualmente, com a participação, recentemente, da equipe APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, de Cascavel-PR (ATACAR, 2017).

A ATACAR tem participado o PARAJAPs – JOGOS ABERTOS PARADESPORTIVOS DO PARANÁ, desde o ano de 2013. O município de Toledo teve representatividade na modalidade HCR. Somente no ano de 2016 conquistaram o título (ATACAR, 2017).

Desde 2009 acontece, nacionalmente, todos os anos, o Campeonato Brasileiro de HCR, tendo a cidade de Toledo sido a sede da primeira edição do campeonato. A modalidade é recente e, com isso, ainda são poucas as equipes a praticar. Assim, até o presente momento não há uma classificação para participar do campeonato nacional.

Internacionalmente, no ano de 2011, a UNICAMP – Universidade de Campinas, de São Paulo, sediou o primeiro sul-americano da Copa Libertadores da América de HCR. Contou com a participação de equipes da Argentina, da Bolívia, do Chile, e brasileiras a ATACAR/UNIPAR/TOLEDO/VOLVO/OI de Toledo/PR, CLUBE RODA SOLTA de Itajaí/SC, PMERJ do Rio de Janeiro/RJ e UNICAMP/ADEACAMP de Campinas/SP. A equipe ATACAR conquistou mais este título (ATACAR, 2017).

No ano de 2012, a segunda edição do evento da Copa Libertadores da América de HCR foi sediada na cidade de Curitiba/PR, com a obtenção de mais um título para o município de Toledo. A terceira edição dessa copa ocorreu na Argentina, com a participação dos seguintes países: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Panamá e Uruguai. Nessa oportunidade não aconteceu seleção de atletas para representar o país, isso devido à dificuldade para os treinamentos. A equipe que representou o país foi a campeã brasileira ATACAR, que venceu a final contra a Argentina (ATACAR, 2017).

Para a conquista dos títulos, os atletas têm uma agenda de treinamento de, no mínimo, três vezes semanais, como analisam Strapasson, Storch e Baessab (2013, p. 8): “Isto implica numa exigência de treinamento intensivo dos aspectos técnicos, táticos, físicos e psicológicos por parte dos atletas para obtenção de êxito nos resultados”.

Embora as políticas de esporte que fortalecem a inclusão por meio do esporte

adaptado ainda não estejam consolidadas, os campeonatos que a ATACAR tem conquistado têm sido motivo de orgulho de seus atletas. O processo de inclusão social, por meio do esporte adaptado é resultado de muita luta em que os próprios atletas e suas famílias seguem firmes.

Como define Zanardini:

Entendemos que as políticas públicas são datadas historicamente; construídas por sujeitos concretos e que têm por fim a consolidação de um projeto social, político e econômico específico, refletindo as forças política em jogo, como resultado de pressões exercidas pelas classes em luta. Logo, as políticas públicas não se reduzem a um conjunto de idéias, nem a setores específicos, mas são amplas e implicam a elaboração de estratégias de ação capazes de implementar um conjunto de reformas ou de propostas necessárias à sobrevivência de um determinado modelo social, político e econômico. (ZANARDINI, 2006, p. 19).

Nessa dimensão, a política de inclusão da PcD, integrante da política social, tem uma dimensão focalizada, uma vez que está vinculada aos critérios para a obtenção de Bolsa Atleta Pódio para os Atletas com chances de disputar medalhas olímpicas e paraolímpicas. Nessa análise, observa-se que a política de inclusão da PcD, particularmente no paradesporto, ainda precisa avançar. Todavia, também é preciso mencionar que a dimensão coletiva da política de inclusão da PcD está associada às possibilidades de desenvolvimento das potencialidades dos atletas que praticam o esporte adaptado, no caso deste estudo das PcD no município de Toledo/PR. É assim que se pode afirmar que os atletas, particularmente os associados da ATACAR – Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas, têm visibilidade social quando da participação em campeonatos e, ao mesmo tempo, tencionam para que os direitos sejam ampliados/concretizados.

### 2.3 A ATACAR: OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

No ano de 2016, conforme apresentado, houve a reformulação do Estatuto Social da Atacar (2006), após dez anos, sendo definida uma

[...] cláusula relativa ao mandato do presidente e alternância do exercício, vedação a sucessão parental, autonomia do conselho fiscal, deliberação quanto ao acesso à informação pelos associados,

bem como a obrigatoriedade de publicação dos balanços financeiros ao fim do exercício social. (ATACAR- Livro Ata, 2016, s/p).

No sentido de transparência e probidade na condução dos objetivos sociais, os itens alterados foram lidos aos membros. Nessa mesma ocasião foi eleita a nova diretoria da ATACAR<sup>22</sup>. No decorrer dos anos, desde a sua fundação, os componentes da diretoria da ATACAR visaram oportunizar aos atletas decisões pertinentes para as atividades de HCR.

Como mencionado, desenvolveu-se a pesquisa de campo, que se deu por meio da entrevista semiestruturada, realizada com associados da ATACAR que praticam o basquete em cadeira de rodas e o handebol em cadeira de rodas. Ao todo foram entrevistados 21 associados. O critério de exclusão incluiu os associados que praticam a modalidade de parabadminton, por estarem participando de campeonatos estaduais e no exterior.

Utilizou-se a entrevista semiestruturada com os associados que, conforme o artigo 4º do Estatuto Social (2006), são classificados de acordo com as seguintes categorias:

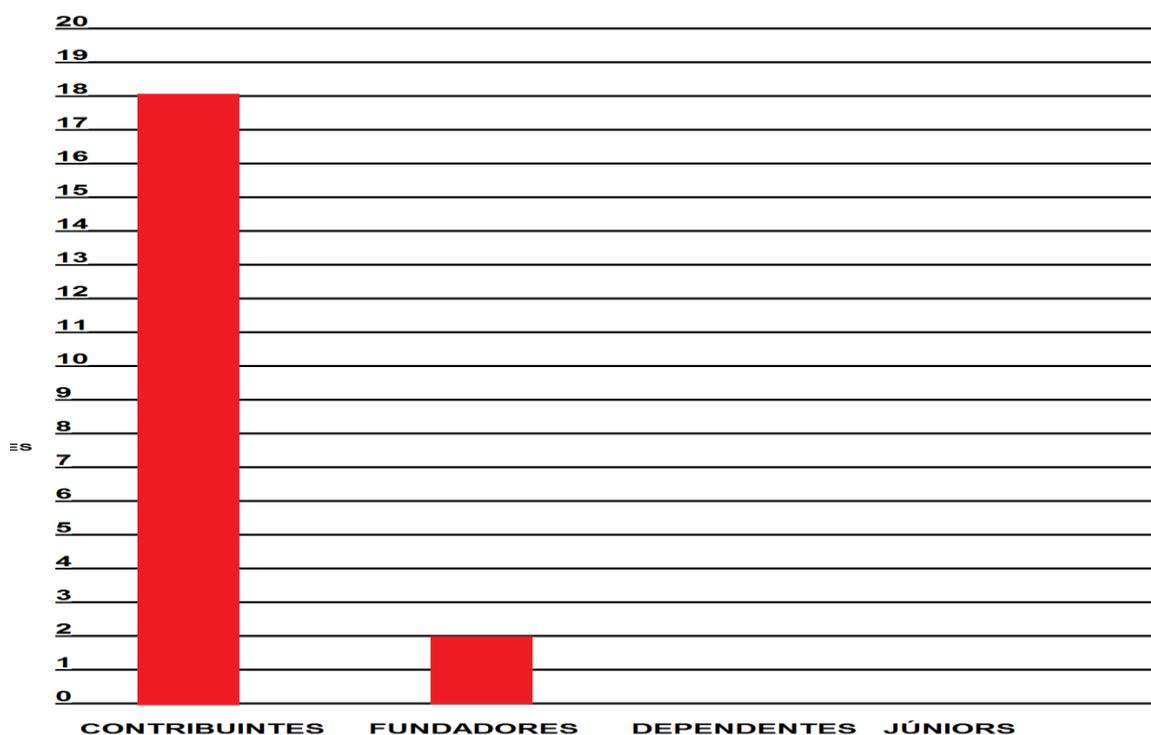
**Quadro 6:** Classificação dos associados da ATACAR de Toledo/PR

Associados	Definições
I- Fundadores	São todos aqueles que tenham participado da assembléia de fundação da associação.
II- Contribuintes	São todos os associados que solicitam o cadastro anual do respectivo ano, fazendo parte integrante do quadro de atletas das federações estaduais de esportes em cadeira de rodas.
III- Dependentes	São todas as pessoas que tenham parentesco com os associados, desde que solicitada a sua filiação junto à secretaria da associação.
IV- Juniores	São os associados com idade menor de 18 anos.

Fonte: Livro Ata – Atacar (2016, p. 1). Elaborado pela autora.

<sup>22</sup> A Diretoria com mandato de 2016 a 2020 é a seguinte: Presidente: Paulo Ricardo Franco; Vice-Presidente: Diogo Müller; Tesoureiro: Gilmar Pereira; Secretário: Ronaldo Carlos Gonçalves; Diretor Esportivo: Ronaldo José e Silva; Coordenador Técnico: Anderson Ceroni Cândido.

**Gráfico1:** Associados da ATACAR em relação à classificação em categorias conforme o Estatuto Social (2016)



Fonte: Dados coletados por meio do formulário preenchido na entrevista - ATACAR- 2017.  
Elaboração da autora.

Ao iniciar com a classificação dos associados constatou-se que não foram entrevistados os definidos como dependentes e como juniores. Dessa forma, para a reflexão do conteúdo das entrevistas e visando manter o sigilo dos participantes dessa pesquisa utilizou-se as seguintes abreviaturas: AF = Associado Fundador<sup>23</sup>; AC = Associado Contribuinte; e PF = Professor Fundador. O total de entrevistados foram 17 associados ativos no ano de 2017, e outros 3 associados que participaram do processo de fundação e que se incluem como associados fundadores.

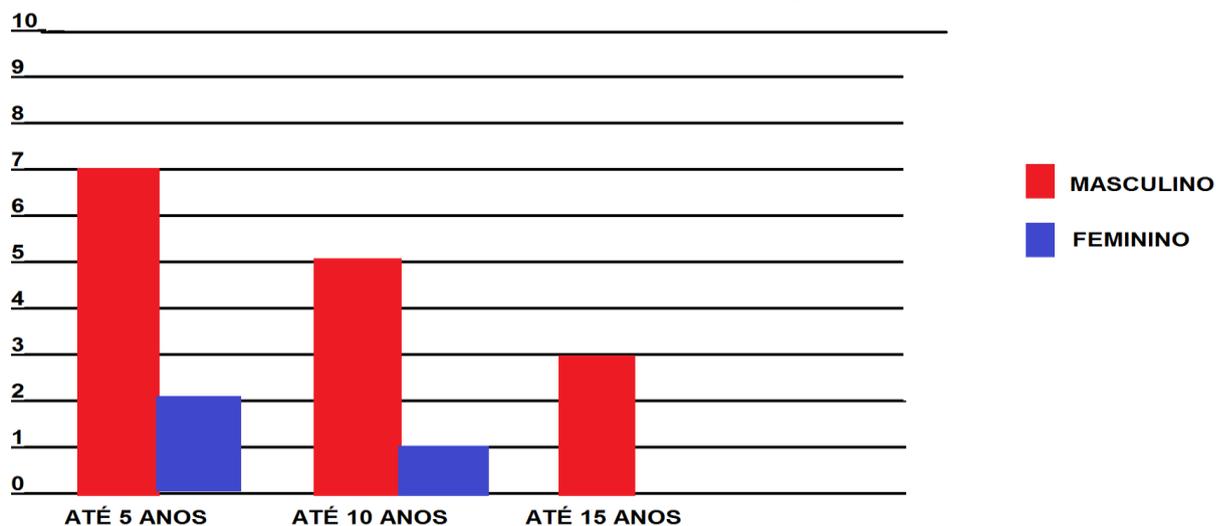
Além da análise sobre as categorias de associados, foram contemplados dados sobre o sexo, o tempo de associação, a escolaridade e as modalidades de esporte que praticam na ATACAR. A entrevista foi realizada em uma semana e, de acordo com o cadastro de associados da ATACAR de 2017, se ausentaram nesse período 4 atletas, que entraram no critério de exclusão da pesquisa de campo. No Gráfico 2 pode-se constatar que há maior índice de atletas associados do sexo

<sup>23</sup> Os associados fundadores foram incluídos na pesquisa, com emenda submetida à Plataforma Brasil em 7/6/2017, com aprovação em 707/2017, uma vez que foram os protagonistas na construção histórica da ATACAR. Conferir Apêndice A.

masculino, sendo 20, e apenas 4 mulheres.

Quanto ao tempo de associação, existem associados recentes que fazem parte da equipe por apenas um ano. Em contrapartida, há associado que acompanha a ATACAR há doze anos.

**Gráfico 1:** Associados contribuintes quanto ao sexo e ao tempo de associado da ATACAR



Fonte: Dados coletados na Entrevista com Associados da ATACAR- 2017. Elaborado pela autora.

Dos associados entrevistados apenas quatro possuem ensino superior completo e três estão cursando o ensino superior, desses 8 praticam a modalidade handebol em cadeira de rodas e basquete em cadeira de rodas, e 10 praticam somente HCR. Dos três fundadores entrevistados, dois não praticam nenhuma modalidade e um é membro de outra equipe praticando basquete em cadeira de rodas.

Em relação à história de fundação da ATACAR, constatou-se que 7 não a conhecem. Os atletas que sugeriram conhecer a fundação da associação não manifestaram conhecer os responsáveis que iniciaram o processo.

O Quadro 6 compreende a análise dos associados quanto ao processo de fundação da ATACAR, bem como as peculiaridades referentes ao período, local, atividades que principiaram e os responsáveis por sua efetivação.

**Quadro 7:** Processo de fundação da ATACAR

Toledo-PR	Iniciativa Professor Fundador 4	Iniciativa Professor Fundador 5	Ano de 2005	Projeto – AMA	Campinas -SP	Unipar Toledo
	AC1	AC1	AC1			AC1
	AC2					
	AC3					
	AC4		AC4	AC4		
	AC5	AC5				AC5
	AC6		AC6		AC6	
AC7	AC7					
			AC8			
	AC9		AC9			
	AF1	AF1				AF1
		AF2				F2
F3	F3	F3				F3

Fonte: Dados coletados na entrevista com associados da ATACAR-2017. Elaborado pela autora.

No Quadro 9 pode-se evidenciar que não há um padrão nas respostas, mas que o projeto da ATACAR teve início no ano de 2005, no município de Toledo/PR. Entretanto, a primeira modalidade praticada na associação principiou em Campinas/SP.

No Quadro 9 também se constata que o projeto foi iniciado historicamente em 2005 e que hoje se estabeleceu como ATACAR, teve iniciativa de dois sujeitos, o AF 4 e AF 5.

Professor Décio, Ricardo Carminato, divulgaram para os alunos na universidade que acabaram divulgando para conhecidos que tinham algum tipo de deficiência e assim chegou aos ouvidos de alguns interessados que buscaram os responsáveis que naquele momento estavam recrutando as pessoas com deficiência, onde algumas poucas pessoas iniciaram as atividades. Começando com as próprias cadeiras de passeio, pois as próprias para o esporte ainda não tinha sido adquiridas. (FUNDADOR 1).

Ao analisar os eventos importantes que marcaram o processo de implantação e implementação da ATACAR, os 3 associados que responderam conhecer esse processo, concluíram não recordar dos eventos que marcaram a história da associação, apenas os fundadores citaram acontecimentos que marcaram a história da associação. Os AF1 e AF2 mencionaram os seguintes eventos:

Um evento do início que marcou muito e que mexe com a

autoestima, é uma pessoa que veio de Goiânia para tirar as medidas das primeiras cadeiras para jogos. (ASSOCIADO FUNDADOR 1).

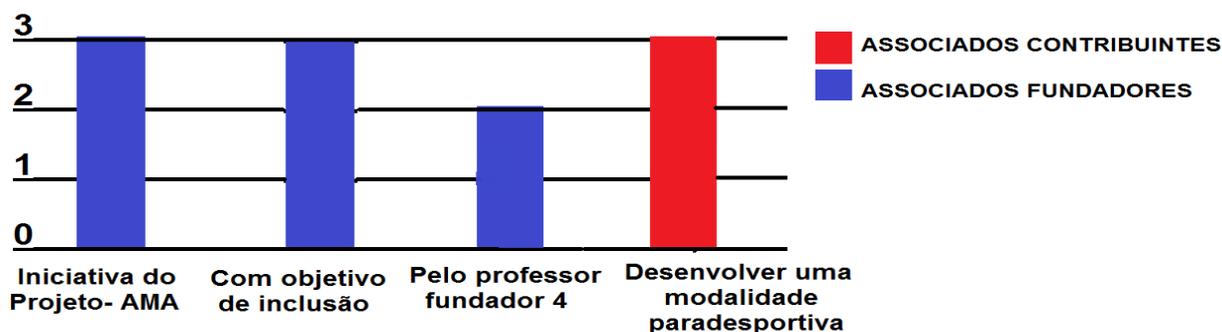
Desde a implementação da associação tiveram várias reuniões para que implementássemos e que fosse uma associação mesmo, escolha de presidente, diretoria, dentro de toda essa jornada foram várias apresentações, com todos os atletas que puderam acompanhar, algumas viagens grandes, Itajaí Handebol Cup-SC, Parapan-RJ, embora não jogamos nesta oportunidade, conhecemos pessoas muito importantes pra que o esporte fosse conhecido por outros lugares e que crescesse o tanto que cresceu. (ASSOCIADO FUNDADOR 2).

Os relatos dos Associados Fundadores 1 e 2 revelaram o início das atividades de esporte no município, por meio da ATACAR, com as próprias cadeiras de passeio, pois as adaptadas para o esporte ainda não tinham sido adquiridas, devido ao alto custo e às reuniões e viagens que foram realizadas.

O interesse dos envolvidos era que os cadeirantes tivessem uma atividade física. Essa atividade física foi sendo ampliada, até o surgimento do handebol, prática que teve maior interesse e na qual todos conseguiam jogar (F2).

Nesse mesmo sentido, o Gráfico 3 registra o princípio da fundação da associação e seu ápice, uma iniciativa que resultou no projeto inicial.

**Gráfico 2: Iniciativa de implementar a ATACAR**



Fonte: Dados coletados na ATACAR- 2017. Elaborado pela autora.

Para contextualizar melhor essa fase de implementação da ATACAR, os AF1, AF2 e AF3 participaram do processo de fundação. Dessa forma contribuíram com maiores detalhes. Conforme o relato do Associado Fundador 2, a iniciativa que confluuiu para a existência do projeto partiu da ideia de que:

O esporte crescesse cada vez mais que tivesse uma instituição bem estruturada que conseguíssemos meios para viagens, jogos através de doações da prefeitura, do município, do estado, federal, para

conseguir esses apoios é preciso de uma associação bem estruturada por que é tudo documentado, a ideia foi essa pra que o esporte crescesse como cresceu, como hoje tem vários lugares que iniciaram o handebol. (ASSOCIADO FUNDADOR 2).

Na mesma linha lembrou o Associado Fundador 1:

Um dos pontos que os professores sempre colocavam é que eles podiam criar qualquer esporte, mas seriam esportes que já estavam sendo desenvolvidos em vários lugares, e queriam criar uma novidade, assim criaram o HCR. Havia uma necessidade de estar documentando para estar pleiteando verbas municipais, estaduais e federais e foi aí que foi esquentando o nome ATACAR. (ASSOCIADO FUNDADOR 1).

Ainda sobre o processo de fundação, o Associado Fundador 3 relatou um momento que marcou e que deve ficar registrado como parte da história da ATACAR:

A viagem para o Rio, na época do Pan em 2007, onde conseguimos colocar 31 pessoas entre cadeirantes, profissionais da área de Educação Física, estagiários, enfim pessoas que puderam participar da viagem, pra assistir os jogos do handebol tanto feminino quanto masculino. Com ajuda das empresas locais que patrocinaram essa viagem. (ASSOCIADO FUNDADOR 3).

O paradesporto brasileiro é composto pelo modelo da organização por independência, por cooperação, pelo tipo de deficiência e pela modalidade (CALEGARI, 2010, p.37). Assim sendo, uma das perguntas realizadas aos atletas foi em relação à organização da ATACAR, ou seja, se a associação, sendo a promotora do paradesporto, estaria desenvolvendo, em suas atividades, os referidos modelos.

Calegari (2010) contribui com essa análise e justifica que, “[...] ao categorizar as formas de organização, não se faz juízo de valor, pois não se busca identificar uma forma melhor de organização, mas, simplesmente, registrar como essas formas foram construídas” (CALEGARI, 2010, p. 37). É por isso que não é possível analisar como sendo o melhor ou mais eficaz, mas compreender os termos que dizem respeito ao paradesporto e como são desenvolvidos diariamente pelas equipes e associações paradesportivas.

Para refletir sobre as respostas dos associados quanto à organização da associação em determinados modelos, é preciso compreendê-los conceitualmente.

Os termos utilizados na categorização das formas de organização procuram refletir os modelos de construção, onde, inicialmente, buscou-se uma identidade própria da modalidade adaptada e a fundação da Confederação específica representava a independência necessária para a consolidação da modalidade enquanto esporte adaptado. Porém essa estrutura de organização não acompanha o modelo associativista que sempre foi presente no paradesporto mundial e brasileiro. O desenvolvimento de modalidades paradesportivas com base na visão cooperativa e associativa vem sendo fortalecido com a fundação da ABRC – Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas e da Associação Brasileira de Handebol em Cadeira de Rodas – ABRHACAR. (CALEGARI, 2010, p. 37).

A “Organização pelo tipo de Deficiência” se refere a cada limitação que a PcD apresenta. Essa limitação é que define a “classificação funcional esportiva” do atleta. O sistema de “classificação funcional esportiva”<sup>24</sup>, conforme Calegari (2010), surgiu da necessidade de democratizar, garantindo o direito de igualdade no esporte adaptado. O referido sistema tem como princípio oportunizar as condições iguais, visando a competitividade entre as categorias de deficiência que lhes são condizentes com a classificação do atleta.

A “Organização por Modalidade” permite dar condições iguais aos atletas no esporte, sendo que determinadas modalidades são praticadas somente por um tipo de deficiência, como, por exemplo, os esportes jogados com cadeiras de rodas, que têm como protagonistas as pessoas com deficiência física.

[...] os modelos adotados foram inicialmente a organização por modalidade, com a fundação de uma Associação Nacional que pudesse ficar responsável pela organização de competições e das Seleções Brasileiras. A opção por fundar uma Associação, ao invés de uma Confederação, também explicita a opção por um modelo de cooperação, pois, ao fundarem uma Associação, os responsáveis pela modalidade mantiveram aberto o canal de comunicação com as entidades nacionais e internacionais responsáveis pela organização do Handebol. (CALEGARI, 2010, p. 38).

---

<sup>24</sup> O propósito do sistema de classificação da ANDE é minimizar o impacto da deficiência no resultado da competição, fazendo com que o sucesso do atleta seja atingido por sua natureza antropométrica, fisiológica, psicológica e por aqueles que as aperfeiçoaram através dos seus melhores esforços (treinamento rígido, qualidade de treinamento). Afim de que se possa atingir este propósito, as classes descritas são direcionadas a classificar atletas de acordo com o máximo de limitação ativa resultada da deficiência. Em outras palavras, o propósito é alocar os atletas em classes funcionais de acordo com o quanto a deficiência afeta os determinantes centrais do desempenho esportivo. A Classificação Funcional apresenta duas funções principais: Determinar elegibilidade para competir. Agrupar os atletas para as competições. (ANDE, 2009, p. 4).

A “Organização pela Cooperação” responde aos objetivos dos fundadores da ATACAR. O princípio é o de que a cooperação é uma das formas de organização do paradesporto brasileiro, na qual a ATACAR está classificada.

A “Organização pela Independência” é referente à adaptação que, “[...] apesar de ser uma capacidade a ser desenvolvida por todos os seres humanos, nos deficientes ela assume um papel fundamental, pois irá determinar o nível de autonomia e independência que esta pessoa desenvolverá” (CALEGARI, 2010, p. 87).

A ATACAR, nesse sentido, parte do princípio do modelo de organização por cooperação, que constitui, portanto, uma das formas de organização do paradesporto brasileiro, ou seja, na prática do esporte adaptado, visa a cooperação entre os atletas em cadeira de rodas da associação. A adaptação no esporte é um direito que visa promover a inclusão social, na medida em que proporciona a participação de uma modalidade adaptada para a PcD, sendo fundamental para o desenvolvimento de sua autonomia nas atividades cotidianas.

Nesse sentido, analisando as respostas obtidas por meia da entrevista, um Associado Contribuinte (AC) relatou não existir cooperação na ATACAR. O AC 15 relatou que não acredita que a cooperação é inerente à ATACAR, porque “Não acontece sempre, porque precisa partir de um todo, e não acontece no geral” (AC 15). Por outro lado, a maioria dos contribuintes respondeu que a cooperação é um dos princípios da ATACAR e citaram algumas situações em que promovem a inclusão da equipe:

Participação dos atletas quando é feito eventos para fortalecimento da associação, para adquirir/conquistar recursos para viagens, campeonatos, etc. Isto ajuda na auto-estima dos atletas. Quando vêem que o campeonato foi bem sucedido ou uma viagem que conseguiram realizar todos se sentem realizados, porque sabem que ajudaram e participaram daquele momento para acontecer aquilo. Outra coisa que a associação faz e que desenvolve a cooperação é que nos campeonatos existe muita competição entre as equipes, inclusive com muita rivalidade, mas fora disso a ATACAR sempre é parceira e coopera com as outras equipes para estar fortalecendo o paradesporto, inclusive muitas vezes desmancha sua própria equipe forte em duas/três para ficar em níveis iguais para poder competir (CONTRIBUINTE, 11).

Ao observar os modelos de organização, percebe-se que houve unanimidade dos associados contribuintes quanto a considerar que a cooperação contribui para

formar valores, tanto valores pessoais, quanto de equipe.

Os associados fundadores, que não vivenciam o cotidiano da associação, mas que participaram da assembléia de fundação e que, por muitos anos, conviveram com as atividades desenvolvidas, a interpretaram como uma instituição baseada na “Organização por Cooperação”. O F1, que continua envolvido no paradesporto em outra associação, comentou sobre a ATACAR:

Cooperação não é um dos aspectos utilizados para o paradesporto brasileiro, mas quando ainda estava iniciando o projeto a cooperação acontecia nos eventos e era dedicado o tempo de todos para isso, pois se tinha objetivos em cima disso e ajudava pois hoje tem algumas peças que saíram da ATACAR e que conseguem hoje desenvolver trabalhos fora da associação que por meio da cooperação o estar envolvido com associação contribuiu para a vida fora da ATACAR. (FUNDADOR 1).

Para o Associado Fundador 3, a cooperação denota ser um dos principais indutores:

[...] os atletas têm um aprendizado não só na atividade física, como também um aprendizado no desempenho das atividades básicas, trocas, transferências, relacionamentos, atendimento a pessoa com deficiência, conhecimento da realidade que envolve a todos. Essa cooperação transforma, a pessoa sai duma realidade irrisória para uma realidade prática de um aprendizado que se torne para alguma coisa. (ASSOCIADO FUNDADOR 3).

Como já mencionado, o objetivo principal da ATACAR é possibilitar a inclusão social da PcD por meio do esporte adaptado. Entretanto, sobre o princípio inclusivo, um ponto refletido na entrevista com os associados foi sobre a compreensão particular de cada sujeito acerca da efetivação das políticas de inclusão no município de Toledo/ PR ou no ambiente em que se relaciona.

No Quadro 10 constam as definições sobre a compreensão de inclusão social segundo os dezessete associados contribuintes e três associados fundadores.

**Quadro 8:** Síntese das definições sobre inclusão social dos associados, contribuintes e fundadores da ATACAR de Toledo/PR

AC1	É o direito de ir e vir sem precisar de ajuda, de ficar esperando. É entrar e sair da onde quiser. É ter voz, estado físico é chegar num lugar e as pessoas não ficarem te questionando por que / coitadinho.
-----	---

AC2	É o respeito pela pessoa deficiente, não importa qual tipo de deficiência, pois ainda são excluídos. Aquela pessoa que não tem aquele tipo de deficiência, não serve pra aquele tipo de esporte, mas ele serve para outro esporte.
AC3	Sociedade unida, todos participando dos eventos e do dia a dia.
AC4	É pegar uma pessoa excluída e inserir na sociedade, através do esporte, emprego, cursos, pegando aquela pessoa que ta lá jogada e colocando ela de novo no meio da sociedade.
AC5	Não se vê como PcD – esse termo sendo considerado esquisito pelo atleta. Não se vê incluso, pois faz o mesmo serviço que os outros. Por isso não sabe definir inclusão social, não pega preferência para nada.
AC6	Poder sair de casa sem as pessoas me olhar e me achar diferente, ou dizer que não podemos por que somos imperfeitos. Sair de casa sem ninguém dar palpite.
AC7	É ter oportunidade de participar de algumas coisas, dentro da ATACAR, dos passeios, na sociedade e em geral na cidade.
AC8	Direitos iguais.
AC9	Direitos iguais.
AC10	É dar qualidade de vida ao deficiente, disponibilizar meio para que ele possa viver em sociedade não como um coitado, com pena, dó, nada, mas de um jeito que ele possa viver independente, conseguir se locomover acessar lugares sem ajuda de ninguém.
AC11	Pessoas poderem participar de qualquer atividade e fazer o que outras pessoas sem alguma atividade fazem também.
AC12	Se aceitar a própria PcD e também se unirem.
AC13	É estar com o grupo, todos aceitando a deficiência de cada um.
AC14	É poder fazer tudo, a sociedade tem que incluir mesmo que eu não consigo. A sociedade precisa dar um jeito de me incluir naquilo. Não me colocar num espaço sem dar oportunidades iguais, se sentir bem sem se sentir perdida, sem fazer parte daquilo. Não se sente incluso nos supermercados, pela organização dos alimentos, por exemplo.
AC15	A PcD precisa querer – parar de ficar usando benefícios e buscar uma profissão para não ficar dependendo.
AC16	Direitos iguais, menos preconceito, somos todos iguais.

AC17	Onde todos pudessem realmente estar praticando todos os tipos de esporte, mas a questão de inclusão é muito complexa. Ela não existe na verdade. É tudo utopia por enquanto.
AF1	Inclusão e acessibilidade andam juntas. Por meio da acessibilidade uma pessoa com limitações pode fazer todas as atividades que uma pessoa dita normal faria. Inclusão é ter os mesmos direitos que qualquer pessoa que não tenha dificuldades físicas.
AF2	Inclusão social se coloca primeiramente com os mesmos direitos de todas as pessoas, direitos de ir e vir, que tenha as adaptações em todos os locais, e que essa classe precisa ir e lutar para que a sociedade os inclua, que ela consiga ter trabalho, para que ela consiga crescer como uma pessoa “normal”.
AF3	A inclusão social para o associado tem a ver com a participação independente da pessoa com deficiência ou não, mas de maneira com que as pessoas sem deficiência possa aprender com a deficiência e vice-versa, uma troca de experiência e um reconhecimento das necessidades de cada um e respeitando suas diferenças.

Fonte: Dados coletados na entrevista dos associados da ATACAR- 2017. Elaboração da autora.

Os termos que são expressivos na definição sobre o conceito de inclusão social, e que são identificados no Quadro 10, são: “direitos iguais”, “acessibilidade”, “qualidade de vida”, “participação”, “menos preconceito” e “mais respeito”, ou seja, são os termos que mais apareceram quando se questionou: “Qual é a sua definição de inclusão social?”.

Para compreender o conceito de inclusão é necessário compreender o seu antônimo. Para Faleiros (2006), a dicotomia “exclusão” e “inclusão” se apresentam enquanto uma “correlação de forças”. Nesse mesmo sentido, Faleiros (2006) analisa a exclusão como negação dos direitos básicos de

[...] cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território. A exclusão é um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros. (FALEIROS, 2006, p. 4).

É desta forma que “[...] a inclusão e a exclusão se referem às dinâmicas de expulsão ou de inserção nas esferas socialmente reconhecidas” (FALEIROS, 2006, p. 2).

Os autores Mazzotta e D’antino (2011) compreendem que, para o sujeito

estar incluído, exercendo sua cidadania, precisa pertencer a um grupo de forma que suas limitações não sejam um impedimento para a socialização. Mazzotta e D'antino (2011, p. 378) afirmam que a inclusão social é definida como a “[...] participação ativa nos vários grupos de convivência social”.

A desigualdade é intrínseca à produção capitalista e as diferenças causadas pela limitação física do sujeito são agravadas. Uma das formas de lutar pelos direitos preconizados pela legislação e conquistar o espaço na sociedade é por meio do esporte adaptado, uma vez que as políticas sociais constituem a repartição da riqueza socialmente produzida. Nessa direção, cabe ressaltar que as políticas sociais

[...] compreendem um conjunto de necessidades sociais e políticas estabelecidas socialmente numa determinada sociedade, como resultado e expressão da forma social de reprodução das condições materiais da existência. Como produto e parte da repartição da riqueza socialmente produzida, a política social corresponde ao embate das forças sociais. (DEITOS, 2010, p. 211).

Para Mazotta (2006), todos devem ter direito a cultura, a esporte e a lazer. Quando o acesso a esses bens é negado, há uma privação do direito. A acessibilidade não se resume ao acesso do sujeito em um determinado ambiente, mas compreende as relações que se estabelecem nesse espaço e que sejam favoráveis à sua condição.

Ao analisar os setores da sociedade que contribuem para a promoção da inclusão da PcD, cinco entrevistados citaram a ATACAR como principal ambiente em que se sentem incluídos. Outros ambientes contemplados na reflexão dos atletas associados foram: universidades, casas de *show*, prefeitura, teatro, cooperativas, empresas do município, governo federal com a Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), ou seja, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, escolas, associações, área da marcenaria e academias.

Nessa oportunidade foram utilizadas todas as respostas obtidas na entrevista, analisando na íntegra algumas reflexões acerca dos diferentes espaços que incluem a PcD, visão de quem a perspectiva inclusiva mais interessa, ou seja, a pessoa com deficiência. Salienta-se, também, que o público entrevistado são pessoas que se reabilitaram física e emocionalmente por meio do esporte.

Cabe lembrar que o esporte beneficia as pessoas com deficiência. Conforme

Zuchetto e Castro (2002), ao oportunizar o bem-estar físico relacionado com as alterações orgânicas e as características psicológicas, melhora a autoestima, reduzindo o estresse, bem como pode contribuir com o processo da inclusão, como é o caso dos atletas da ATACAR do município de Toledo/PR.

Para Teodoro (2006), o sucesso no esporte contribui para o reconhecimento da sociedade com aquele sujeito que, anteriormente, apresentava uma limitação para o desenvolvimento do esporte e agora passa a representar a sua cidade, estado e país, tornando-se um orgulho para a sociedade. É nessa perspectiva que a ATACAR foi a mais indicada como a responsável de promover a visibilidade social de seus atletas.

**Quadro 9:** Setores da sociedade que têm contribuído para a promoção da inclusão da pessoa com deficiência

AC2	“A sociedade hoje está nos vendo como atletas. Hoje o respeito é diferente, na época não tinha isso” (Há 12 anos, quando iniciou a prática paradesportiva).
AC5	“A parte do esporte e lazer da prefeitura tem os projetos do paradesporto”.
AC10	“A prefeitura ultimamente estava fazendo projetos bacanas, mas deu uma parada.”
AC17	“Imprensa e empresas que estão imbuídas em contratar deficientes está uma dificuldade grande, a maioria dos deficientes eles acham que não são capazes e não querem trabalhar. Acham que têm que viver de benefícios do governo.”

Fonte: Dados coletados na entrevista – ATACAR- 2017. Elaborado pela autora.

Como já apontado anteriormente neste trabalho, a PcD é amparada por um série de decretos federais que determinam o direito de acesso aos diferentes espaços da sociedade, seja no esporte, na cultura, no lazer, na educação e na saúde. Os associados da ATACAR sinalizaram que a associação constitui um espaço que oportuniza a acessibilidade para efetivar o direito ao esporte. Como aponta Ramos (2009), é necessário, para que haja aplicabilidade dessas políticas, que os espaços estejam preparados arquitetonicamente. Critica que não há justificativa para que esses espaços não estejam adaptados para esse público, complementando que há muita tecnologia disponível para efetivar o direito de

acesso a esses sujeitos.

Para Mazotta (2006), a acessibilidade não trata somente dos espaços físicos, e tecnologias, mas de profissionais capacitados para facilitar a participação ativa da PcD nos espaços sociais e públicos.

Ainda analisando o contexto de inclusão social, parte dos associados relataram que o único espaço em que se sentem incluídos é na ATACAR. Deve-se lembrar que o direito de acessibilidade a lugares públicos é preconizado pela Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como Lei de Acessibilidade, cujo artigo 1º anuncia:

Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (BRASIL, 2000).

Para que se efetivem as ações direcionadas ao processo de inclusão da pessoa com deficiência com qualidade é preciso haver investimento. Entretanto, a partir de 2017 ocorreu a redução do repasse financeiro, por parte da prefeitura municipal: “O repasse financeiro da prefeitura municipal que dar-se-á somente para o transporte, sendo que nos outros anos se recebia o valor de R\$ 15.000,00 para a manutenção da associação” (ATACAR, Livro Ata, 2017, p. 2).

O handebol em cadeira de rodas vem para contribuir com a diversificação de conteúdos que a educação física adaptada possui para trabalhar com as diversas deficiências, neste caso, com a deficiência física. Os benefícios da prática dessa modalidade são inerentes a qualquer prática de atividade física, promovendo à PcD física experiências motoras que poderão ser “[...] ampliadas através de conhecimento de novas possibilidades de movimentos, novos jogos adaptados às suas limitações e potencialidades” (FREITAS; CIDADE, 2000, p. 30).

Em se tratando do esporte adaptado, este pode ser considerado um avanço em termos de políticas de inclusão, ao possibilitar às pessoas com deficiência a participação em diversas atividades, dentre as quais se destacam os atletas em cadeira de rodas, que são pessoas com deficiência física com limitações dos membros inferiores, constituindo diversas modalidades coletivas e individuais de esporte adaptado.

Finalizando a pesquisa de campo e tendo como pergunta central se a ATACAR, como uma política social de esporte, contribui com o processo de inclusão social das pessoas com deficiência, questionou-se aos associados como ocorria essa efetivação por meio do paradesporto. As reflexões foram as seguintes:

**Quadro 10:** As políticas sociais de esporte e o processo de inclusão da ATACAR de Toledo/PR

Associados	Contribuições da ATACAR
AC5	Os eventos que ATACAR promove mostram para a comunidade o que a ATACAR é, e com os campeonatos sediados no município é possível fazer bastante divulgação. Entretanto não há presença de um público considerado. Agora o projeto se aprofundará pelo fato de estar incluso com o handebol convencional, está federado.
AC6	As conversas, conselhos, frases de motivação. Não deixa simples coisas nos abater.
AC11	Prática do esporte é uma forma de inclusão. O convívio com as pessoas, participação nos treinos, jogos e viagens. Estão sempre em contato com novas pessoas, isto é uma forma de auxiliar, por que a gente vê as pessoas quando entra no começa e o espírito das pessoas que muda totalmente.
AC14	Contribui para o resgate da cidadania, o handebol abriu a visão e percebi que eu posso tudo e assim eu me sinto inclusa na sociedade.
AC15	Tem beneficiado a participar de competições oficiais, oportunidade de conhecer novos lugares, nacional e internacional, dar palestras, falar sobre a deficiência, poder estar em eventos representando a ATACAR em apresentações em faculdades, estar apresentando o trabalho para estagiário alunos. Participar de comissão organizadora, tem a ATACAR como um meio de vida, não recebe nada por isso, tem família, trabalho, mas a ATACAR tem as pessoas que mais gosta.
AF1	Desenvolvendo o esporte, dando oportunidades de sair da zona de conforto e praticar o esporte melhorando a qualidade de vida é uma forma de contribuir. É um trabalho complicado, por que precisa de recursos e materiais humanos. Ao desenvolver o HCR já está contribuindo para o paradesporto.

Fonte: Dados coletados na entrevista- ATACAR- 2017. Elaborado pela autora.

Ao interrogar sobre os diferentes espaços que incluem a PcD, os associados citaram a ATACAR como sendo a principal ou, como apontado anteriormente, para alguns associados, constitui o único espaço. Nessa oportunidade as respostas se generalizaram, ou seja, todos os associados foram precisos ao afirmar que a

ATACAR é uma política com dimensão Inclusiva, pois assume o papel que seria o do estado/município de promover a inclusão, muitas vezes com recursos de iniciativa privada e outros colaboradores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir este trabalho é preciso ter a convicção de que, assim como as relações do contexto escolar são ricas e diversas e “[...] permitem manifestações afetivas, cognitivas e sociais, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes de autonomia e a apropriação do conhecimento cada vez mais aprimorado, tornando os indivíduos mais preparados para o convívio em sociedade” (ROSSETTO, 2009, p. 194), assim o esporte adaptado também pode ser concebido nessa dimensão.

Nessa mesma perspectiva entendemos que o meio e as relações estabelecidas entre os indivíduos que potencializam o enfrentamento dos desafios e da construção da sua personalidade. Vigotski (1997) afirma que o homem é um ser social e cultural, que exerce influencia sobre a natureza e interfere no meio onde encontra-se inserido e vice-versa.

Outra reflexão pertinente com a conclusão deste trabalho é que as políticas sociais não se estruturam de acordo com a necessidade da classe dominada, mas se colocam como uma forma de mediação para os grupos socialmente vulneráveis, visando administrar a pobreza, contribuindo para manutenção da ordem entre as classes e o fortalecimento do capital. A tendência é que acabamos por desenvolver o que nos é encaminhado, sem refletirmos sobre a relação dessa ação com os interesses advindos do Estado.

É notável a carência de políticas sociais para a pessoa com deficiência, principalmente no esporte. Respondendo à questão norteadora desta pesquisa, que foi compreender quais são as políticas sociais implementadas para realização do esporte adaptado na ATACAR – Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas, do município de Toledo/PR, concluiu-se que a ATACAR é a principal política de esporte para a pessoa com deficiência desenvolvida no município de Toledo/PR.

A ATACAR é uma possibilidade para a prática das políticas de inclusão. Nesse sentido, o amparo financeiro da ATACAR para concretizar os seus objetivos

ocorre por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, Lei Federal nº 11.438/2006. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer também desenvolve políticas de paradesporto, atendendo a um público menor, sendo coordenada por servidores nomeados pela administração municipal de Toledo. Assim sendo, a ATACAR promove a prática do paradesporto por meio de convênios municipais e federais, o que possibilita o desenvolvimento da prática inclusiva na cidade de Toledo/PR.

Atuando há 12 anos no município, a ATACAR introduziu uma nova perspectiva de vida para as pessoas com deficiência, cuja estratégia consiste em elevar a autoestima e agregar ao cotidiano a autonomia dos atletas, enfrentando a discriminação por meio da inclusão social dos indivíduos em várias modalidades de esporte, o que possibilita uma conquista gradual de qualidade de vida em sociedade para essas pessoas.

O contexto de uma nova conjuntura estatal dos anos de 1990 é que motivou a organização dos grupos com afinidades e interesses sociais afins a se instituírem em associações, assim desresponsabilizando o Estado das políticas que anteriormente ao período amparava os setores que buscavam a igualdade e a inclusão social.

Nesse sentido, surgiu a ATACAR, em busca de meios que pudessem contribuir para a efetivação da inclusão social, com foco maior no início dos anos 2000. Com a proposta da descentralização do Estado, acabou por assumir o papel de provedor de políticas para as pessoas com deficiência física, compreendendo-a como política de esporte para pessoa com deficiência e sendo reguladora da manutenção dos recursos financeiros por meio de projetos federais e da prefeitura municipal.

Dessa forma, ao compreender o movimento associativista no município de Toledo/PR, particularmente os que envolvem a PcD, é considerável entender as diferentes organizações e objetivos dessas instituições para com a sociedade toledense. Destaca-se ainda que, como associação que desenvolve o paradesporto, a ATACAR é pioneira e principal associação dedicada ao esporte adaptado, considerando o público que atende e o trabalho desenvolvido.

Outro aspecto a ser considerado ao concluir esta pesquisa é em relação aos espaços que buscam desenvolver políticas de inclusão por meio do esporte no município de Toledo. Nesse sentido, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, foi possível apreender o processo de valorização da prática esportiva

como atividade importante para a PcD.

Observou-se, também, uma burocracia para a formulação e aprovação de projetos governamentais, o que resultou na ausência de subsídios por políticas sociais no decorrer desses 12 anos de história. Embora nessa direção há muita legislação que regulamenta a prática do paradesporto, o que falta são políticas sociais e de investimento voltadas à implementação e à concretização efetiva desses direitos e dessas garantias relacionados ao esporte adaptado.

No que se refere a políticas de bem-estar para a PcD, essa é uma reflexão polêmica, principalmente quando a ênfase é para a promoção/marketing. Todavia, há que se reiterar que, nesse processo, “Não há como pensar a constituição da auto-imagem restrita a aspectos cognitivos e individuais, que não passe pelos vínculos afetivos que formamos com as pessoas com que vivemos no nosso dia a dia” (ROSSETO, 2009, p. 218). É com essa convicção que avançamos na compreensão de que a política de esporte, que é fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos, precisa ser ampliada, principalmente para oportunizar a convivência diária com as PcD, tornando-as participes e críticas na reivindicação de seus direitos.

## REFERÊNCIAS

APADA se reestrutura e avança na qualidade de ensino. Disponível em: <<https://www.jornaldooeste.com.br/noticia/apada-se-reestrutura-e-avanca-naqualidade-de-ensino>>. Acesso em: set. 2017.

ARAÚJO, P. F. de. **Desporto adaptado no Brasil**: origem, institucionalização e atualidade 1997. 140 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

ATACAR Toledo. **Campeonatos de HCR**. Disponível em: <<http://www.atacar.toledo.com.br/>>. Acesso em: maio 2017.

ATACAR Toledo. **Livro ATA**: Estatuto da Associação. Toledo, 2006. (xerox)

ATACAR Toledo. **Livro ATA**: Estatuto da Associação. Toledo, 2016. (xerox)

AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. F. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Rev. Bras. Cienc. Mov.**, v. 12, n. 1, p. 77-84, 2004.

BANCO Mundial. **O estado num mundo em transformação**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1997. Washington, D.C., EUA: Banco Mundial, 1997, p. 3.

BERTOLIN, P. T. M. **A discriminação aos portadores de necessidades especiais**. In: 46º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, 2006, São Paulo. 46º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2006. p. 50-52.

BETONI, C. **Meritocracia**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/politica/meritocracia/>>. Acesso em: 6 set. 2017.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BORELLA, D. R. Projeto UNIAMA: atividades motoras adaptadas na UNIOESTE. **Revista ADAPTA**, Ilhéus, v. 7, n. 1, p. 33-37, nov. 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.395 de 2011**. Institui a bolsa atleta pódio, mais recursos para os atletas de ponta. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-aosporte/bolsa-atleta-podio>>. Acesso em: dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004**. Institui a bolsa atleta. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm)>. Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República; Câmara da Reforma do Estado; Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. **Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438/2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2016; 24 set. 2017; 24 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993**: Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0914](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914)>. Acesso em: ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**: Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em: ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf?sequence=1>>

>. Acesso em: maio 2017.

BRASIL. **Patrocínios de estatais:** Bom para os atletas e para as empresas. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/patrocínios-de-estatais>>. Acesso em: dez. 2016.

BRASIL. **Convênios:** Mais de R\$ 225 milhões para o alto rendimento desde 2010. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/convenios>>. Acesso em: dez. 2016.

BRASIL. **Lei Âgnelo/Piva:** Recursos perenes para investimento no esporte brasileiro. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva>>. Acesso em: dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.451/2002:** Facilidades para a importação de equipamentos. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-10-451>>. Acesso em: dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.615 (Lei Pelé) de 1998.** Recursos para COB, CPB, Ministério do Esporte e Confederação Brasileira de Clubes. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-9-615-lei-pele>>. Acesso em: dez. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em: dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de julho de 1991:** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: set. 2017.

BUSTO, M. R. **A deficiência e o esporte paraolímpico.** VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Londrina, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/esporte/222-2011.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

CALEGARI, D. R.; CARMINATO, R. A.; GORLA, J. I. Handebol adaptado: explorando possibilidades. **Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC.** Fortaleza, 2005. Disponível em: <[www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/senior/resumos/resumo\\_25\\_39.html](http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/senior/resumos/resumo_25_39.html)>. Acesso em: set. 2016.

CALEGARI, D. R. **Adaptação do handebol para a prática em cadeira de rodas.** 2010. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física.

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

CALEGARI, D. R.; GORLA, J. I.; CARMINATO, R. A. **Handebol sobre rodas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14, 1. 2005, Porto Alegre. Educação Física e Ciências do Esporte. **Anais**. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005.

COELHO, T. P. C.; BARROCO, S. M. S.; SIERRA, M. A. **O conceito de compensação em I. S. Vigotski e suas implicações para educação de pessoas cegas**. Disponível em: <<http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/154.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

CONSTITUIÇÃO do Estado do Paraná. Curitiba, 1989. Disponível em: <[http://www.alep.pr.gov.br/system/files/corpo/constituic\\_parana.pdf](http://www.alep.pr.gov.br/system/files/corpo/constituic_parana.pdf)>. Acesso em: jan. 2018.

CORAGGIO, J. L. **Notas para um debate**. Economia e educação. Quito: FLACSO, 1992.

COSTA, A. M. da; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004.

DEITOS, R. A. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 32, n. 2, 2010

\_\_\_\_\_. **O capital financeiro e a educação no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2005.

DEL GRANDE, S. S. **Esporte em cadeiras de rodas**. 1982. S.n.t. (xerox).

DÓRIA, C.; TUBINO, M. J. G.. **Avaliação da busca da cidadania pelo Projeto Olímpico da Mangueira**. Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. vol. 14, nº.50, Rio de Janeiro, jan./mar. 2006.

EVANGELISTA, O. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política Educacional**. 2009, In: A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. Ronaldo Marcos de Lima Araujo, Doriedson S. Rodrigues (Orgs.). Campinas: Alínea, 2012. 188 p.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991

\_\_\_\_\_. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Inclusão social e cidadania**. 32ª International Conference on Social

Welfare. Brasília: 2006.

FIORI, J. L. **A instabilidade e crise do Estado na industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ: IEI, 1988, p. 126. (Tese de Concurso de Professor Titular).

FREITAS, P. S.; CIDADE, R. E. Desporto e deficiência. In: FREITAS, Patrícia S. (Org.). **Educação física e esporte para deficientes**: Coletânea. 1. ed. Uberlândia, MG: UFU, 2000. p. 25-40.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

GIACOBBI JR. Esporte entre portadores de deficiência. **Jornal SuperAção**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, mar. 1988.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: 3ª Reunião Anual da ANPEd, 2010. Caxambu. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Gestão urbana em São Paulo, 2000-2002: atores e processos na questão dos Conselhos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 24., 2002, Caxambu. Cidade, metropolização e governança urbana. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 6. ed. São Paulo. Edições Loyola, 1997.

IPC. Internacional Paralympic Committe. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/>>. Acesso em: abr. 2017.

ITANI, E. D.; ARAUJO, F. P.; ALMEIDA, G. J. J. Esporte adaptado construído a partir de possibilidades: handebol adaptado. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, v.1, n. 72, p. 1-12, 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/edf72/handebol.htm>>. Acesso em: 12 set. 2017; jul. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índices do município de Toledo**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412770&search=parana|toledo>>. Acesso em: jun. 2017.

JOHANN, J. **Programas de educação profissional na APAE de Toledo – Paraná**. /. – Cascavel: Jackson Johann, 2011. 104 f.

LANNA, J.; MARTINS, M. C. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. : il. 28X24 cm.

MAZZOTTA, M. J. S. Acessibilidade e a indignação por sua falta. In: 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ACESSIBILIDADE VOCÊ TAMBÉM TEM COMPROMISSO. Brasília, **Caderno de Textos**, p. 30-32, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc.**, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

MANUAL de Classificação Funcional – ANDE – 2009. Disponível em: <[http://www.ande.org.br/wp/wp-content/uploads/2012/03/Manual\\_de\\_Classificacao\\_Funcional.pdf](http://www.ande.org.br/wp/wp-content/uploads/2012/03/Manual_de_Classificacao_Funcional.pdf)>. Acesso em: maio 2017.

NABEIRO, M.; ZONTA A, F. Z. Programa de extensão: aprendendo como corpo deficiente. **Revista ADAPTA**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p.15-17, dez. 2006.

NASCIMENTO, A. do; SILVA, A. F.; ALGEBAILLE, M. E. Estado, mercado e trabalho: neoliberalismo e políticas sociais. In: NEVES, Lúcia (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

NERI, A. L. Qualidade de vida na velhice. In: REBELATTO, J. R.; MORELLI, J. R. S. (Orgs.). **Fisioterapia geriátrica**. São Paulo: Manole. 2003. p. 9-34.

NECESSIDADES Educacionais Especiais. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 11, n. 2, p. 79-88, jul./dez. 2013.

PATTO, M. H. S. Políticas atuais de inclusão escolar: reflexão a partir de um recorte conceitual. In: BUENO, J. G. S.; LUNARDI, M.; SANTOS, A. R. (Org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: Capes, 2008.

PEDRINELLI, V. J. Educação física adaptada: conceituação e terminologia. In: PEDRINELLI, V. J. **Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Brasília, DF: MEC/Sedes, 1994. p.7-10.

PORTARIA nº 2.344-SEDH, de 3 de novembro de 2010. Disponível: <[http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port\\_2344\\_pcd.pdf](http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf)>. Acesso em: ago. 2017.

PROJETO-ADFT. **Estatuto da Associação**. Toledo, 2006. (xerox)

PESSOA com deficiência: aspectos teóricos e práticos. Organizador: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2006.

RAMOS, P. R. B. **Portadores de deficiência: direito de acesso aos espaços culturais e artísticos.** Maranhão: Governo do Estado, 2009. Disponível em: [www.mp.ma.gov.br/site/ArquivoServlet?nome=Noticia98A81.doc](http://www.mp.ma.gov.br/site/ArquivoServlet?nome=Noticia98A81.doc)>. Acesso em: 23 jun. 2017.

RODRIGUES, D. **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo.** São Paulo: Artes Médicas, 2006.

ROSSETTO, E. **Sujeitos com deficiência no ensino superior: vozes e significados.** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SANTI, A. P.; ORSO, P. J. A política de atendimento a pessoa com deficiência em Toledo (PR): qual constituição histórica?. **ANAIS DA XIV JORNADA DO HISTEDBR: Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa.** UNIOESTE – FOZ DO IGUAÇU-PR. ISSN: 2177-8892.

SASSAKI, R. K. **Inclusão social.** I Seminário de Políticas Públicas do Município de Limeira. SP, Limeira, 24 de setembro de 2003.

SILVA, I. G. **Democracia e participação na reforma do Estado.** São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, I. G. da. Vigotski, defectologia e processo educativo. **Revista Plêiade**, vol. 9, n. 17, p. 77-82, jan./jun. 2015.

SMOLKA, A. L. B.; DAINEZ, D. **O conceito de compensação no diálogo de Vigotski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência.** São Paulo, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022014000400015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022014000400015)>. Acesso em: jun. 2017.

SOUSA, I. P. **A prestação estatal da educação inclusiva como obrigação político-jurídica.** João Pessoa, PA. 2014. Disponível em: <<http://www.ccj.ufpb.br/pos/contents/pdf/bibliovirtual/dissertacoes-2014/iarley-pereira-de-sousa.pdf>>. Acesso em: ago. 2017.

STRAPASSON, A. M.; STORCH, J. A.; BAESSA, D. J. **O projeto AMA (Atividade Motora Adaptada) e a caracterização dos participantes com necessidades educacionais especiais.** Disponível em: <[e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfísica/article/download/9393/7591](http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfísica/article/download/9393/7591)>.

TEODORO, C. M. **Esporte de alto rendimento praticado por pessoas com deficiência: relatos de atletas paraolímpicos.** Dissertação (Mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América.** 4. ed. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1998.

TOLEDO. **Lei “R” nº 10, de 19 de março de 2013**: Institui, no âmbito do Município de Toledo, o Programa “Esporte Cidadão” e estabelece critérios para a sua execução. Disponível em: <[http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl\\_documentos/normajuridica/4409\\_texto\\_integral](http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/normajuridica/4409_texto_integral)>. Acesso em: jun. 2017.

\_\_\_\_\_. PROGRAMA “ATLETA NA UNIVERSIDADE” – EDITAL Nº \_001. Disponível em: <[http://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/edital\\_atleta\\_na\\_universidade\\_2017.pdf](http://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/edital_atleta_na_universidade_2017.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **História da APAE de Toledo**. Disponível em: <<http://toledo.apaebrasil.org.br/artigo.phtml/13345>>. Acesso em: 6 jun.2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.072, de 16 de setembro de 2011**: Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Toledo. Disponível em: <[http://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/lei\\_2.072\\_de\\_criacao\\_do\\_cmpcd\\_0.pdf](http://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/lei_2.072_de_criacao_do_cmpcd_0.pdf)>. Acesso em: jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **História do município de Toledo**: Lei 790 de 1951. Disponível em: <<http://www.toledo.pr.leg.br/institucional/historia>>. Acesso em: jan.2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIPAR. Projeto AMA Toledo/PR. 2011 [entrevista retirado do *site* da Unipar]. Disponível em: <<http://presencial.unipar.br/noticia/1664/toledo-ama-reune-150-pessoas-portadoras-de-deficiencia>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

VIEIRA, E. Estado e política social na década de 1990. In: NOGUEIRA, F. M. G. (Org.). **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel, PR: Editora da Unioeste, 2001.

VYGOTSKI, L. S. Obras Escogidas. V – **Fundamentos de defectología**. Trad. Júlio Guillermo Blank. Madrid: Visor, 1997.

\_\_\_\_\_. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de defectología, Obras Completas**, Tomo V. Havana/Cuba: Ed. Pueblo y Educación, 1995.

\_\_\_\_\_. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Havana/Cuba: Editora Científico Técnica,1987.

\_\_\_\_\_. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WILHELM, V. B.; NOGUEIRA, F. M. G. Políticas de inclusão educacional: das práticas neoliberais à ação legal revolucionária. In: BORGES, Lilian Faria Porto; DEITOS, Roberto Antônio (Org.). **Coleção: Sociedade, Estado e Educação**. 1. ed.

Cascavel, PR: Editora da Unioeste, 2012. p. 207-234.

WINNICK, P. J. **Adapted physical education and sport**. Champaign: Human Kinetics, 1990.

XAVIER, M. E. S. P.; DEITOS, R. A. Estado e política educacional no Brasil. In: DEITOS, R. A. e RODRIGUES, R. M (Orgs.) et alii. **Estado, desenvolvimento, democracia & políticas sociais**. 1. ed. Cascavel, PR: Editora da Unioeste; CAPES; Unioeste/GPPS/ Unicamp/FE/ PRAESA/ HISTEDBR/ LAPPLANE, 2006, 184p., p. 67-86.)

ZANARDINI, I. M. S. A reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da pós-modernidade. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 227- 244, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/1637/1378>>. Acesso em: abr. 2017.

ZANARDINI, J. B. **Ontologia e avaliação da educação básica no Brasil (1990-2007)**. 2008. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2008.

ZANARDINI, I. M. S.. **A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

ZUCHETTO, A. T.; CASTRO, R. L. V. G. As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos. **Revista Kinesis**, n. 26, p. 52-166, 2002.

**APÊNDICE A****DECLARAÇÃO**

**TÍTULO DO PROJETO: POLÍTICAS DE ESPORTE ADAPTADO: UM ESTUDO DA ATACAR – ASSOCIAÇÃO TOLEDENSE DE ATLETAS EM CADEIRA DE RODAS DE TOLEDO – PR (2005 A 2015)**

**PESQUISADORA RESPONSÁVEL:** Professora Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo

**PESQUISADORA COLABORADORA:** Mestranda Luana Cristina Marchi dos Santos Müller

Os pesquisadores, acima identificados, declaram que a coleta de dados somente iniciará após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Cascavel.

---

Professora Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo

---

Mestranda Luana Cristina Marchi dos Santos Müller

Cascavel, 2 de junho de 2017.

## APÊNDICE B

### TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS EM ARQUIVO

**TÍTULO DO PROJETO:** POLÍTICAS DE ESPORTE ADAPTADO: UM ESTUDO DA ATACAR – ASSOCIAÇÃO TOLEDENSE DE ATLETAS EM CADEIRA DE RODAS DE TOLEDO – PR (2005 A 2015)

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Professora Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo

**PESQUISADOR COLABORADOR:** Mestranda Luana Cristina Marchi dos Santos Müller

Os pesquisadores do projeto, acima identificados, assumem o compromisso de:

1. Preservar a privacidade dos sujeitos de pesquisa e dados coletados.
2. Preservar as informações que serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão.
3. Divulgar as informações somente de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.
4. Respeitar todas as normas da Resolução nº 510/2016-CNS/MS e suas complementares na execução deste projeto

Cascavel, 2 de junho de 2017

---

Professora Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo

---

Mestranda Luana Cristina Marchi dos Santos Müller

## APÊNDICE C

### Roteiro de Entrevista com Associados da ATACAR - Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas

#### UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

#### **Público-alvo:**

Associados/Atletas que compõem a Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas -ATACAR

#### **Registro:**

Questionário e áudio gravado.

#### **Objetivo da entrevista:**

Captar as informações necessárias para verificar a aplicabilidade dos objetivos propostos no Estatuto Social que regulamenta a associação ATACAR no período de 2005 a 2015. Por meio dessas informações sendo possível também analisar a compreensão dos associados quanto aos direitos legais que são contemplados, e as políticas que compõem a associação. Alcançando assim os objetivos gerais do projeto, que é analisar as Políticas Sociais para o Esporte Adaptado da ATACAR - Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas, do município de Toledo/PR, no período de 2005 a 2015.

#### **Identificação e Formação acadêmica:**

Gênero: Masculino (  ) Feminino (  ) Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Tempo de associação: \_\_\_\_\_

Modalidades que pratica: \_\_\_\_\_

Categoria de Associado:

(  ) Fundador (  ) Contribuintes (  ) Dependentes (  ) Júnior

#### **Questões Norteadoras:**

As questões, abaixo, serão realizadas considerando a vivência como ou com a PcD -

Pessoa com Deficiência e/ou como associado da ATACAR:

1. Como se deu o processo de fundação da ATACAR?
2. Como surgiu a iniciativa para implementar o projeto que findou na Associação ATACAR?
3. Considerando que o tema “cooperação” é uma das formas de organização do paradesporto brasileiro, cite algumas situações que estimulam a cooperação entre os atletas da ATACAR e como a cooperação contribui para formação de valores pessoais e de equipe?
4. Qual a sua definição de inclusão social?
5. Indique alguns setores da sociedade que têm contribuído para a promoção da inclusão da PcD -Pessoa com Deficiência com quem você convive:
6. Conhece o processo de implantação e implementação da ATACAR? Teria algum evento importante que gostaria de mencionar?
7. Como o associado da ATACAR tem conhecimento dos seus objetivos? Se os conhece, indique algumas ações que são realizadas para a sua efetividade. Se os conhece, comente como são desenvolvidos.
8. Quais são as contribuições da ATACAR para promover a Inclusão Social por meio do paradesporto?

## APÊNDICE D

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PARA ASSOCIADOS)

**TÍTULO DO PROJETO:** POLÍTICAS DE ESPORTE ADAPTADO: UM ESTUDO DA ATACAR – ASSOCIAÇÃO TOLEDENSE DE ATLETAS EM CADEIRA DE RODAS DE TOLEDO – PR (2005 A 2015)

**PESQUISADORA RESPONSÁVEL:** Professora Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo.  
Fone: (45) 99930-3444

**PESQUISADORA COLABORADORA:** Mestranda Luana Cristina Marchi dos Santos Müller. Fone: (45) 999074730

Convidamos você a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de analisar as Políticas Sociais para o Esporte Adaptado da ATACAR - Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas, do município de Toledo/PR, no período de 2005 a 2015.

Esperamos, com este estudo, contribuir para a análise e reflexão das Políticas Sociais voltadas ao esporte para as PcD - Pessoas com Deficiência no município de Toledo – PR, particularmente a ATACAR- Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas que objetiva organizar a prática do Esporte Adaptado no município de Toledo e região; Estimular a prática do esporte para pessoas com Deficiência; Promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Para tanto, estamos buscando sua colaboração para levantamento dos dados relacionados ao trabalho desenvolvido pela ATACAR - Associação Toledense de Atletas em Cadeira de Rodas 2005 a 2015.

No caso de situações adversas em relação a sua pessoa, em caso de quaisquer tipos de mal súbitos que os participantes da pesquisa possam ser acometidos, os mesmos serão devidamente encaminhados aos serviços de atendimento à saúde, com o acionamento das unidades responsáveis: SAMU e/ou SIATE, sendo necessário para assegurar a integridade física, moral ou psicológica, sempre tendo em mente o zelo pelos direitos elementares a vida dos sujeitos, previstos na Constituição Federal de 1988 e da nova Resolução, N.º 510/2016.

A sua identidade não será divulgada e os dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas para fins científicos. Não haverá pagamento ou recebimento de recursos financeiros para participar da pesquisa. Além disso, você

poderá cancelar sua participação na pesquisa dentro do prazo previsto no cronograma para análise dos dados.

No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, poderá contatar os pesquisadores pelos telefones, acima mencionados, ou o Comitê de Ética da UNIOESTE – Campus de Cascavel, pelo número (45) 3220-3272.

Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregue ao sujeito da pesquisa.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Nome \_\_\_\_\_ do  
entrevistado/colaborador: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Nós, Ireni Marilene Zago Figueiredo e Luana Cristina Marchi dos Santos Müller, declaramos que fornecemos todas as informações do projeto ao entrevistado/colaborador da pesquisa.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Cascavel, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

## ANEXO A

**UNIOESTE - CENTRO DE  
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 2.162.793

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram cumpridos

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Encaminhamento para aprovação

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_937410.pdf	07/06/2017 17:56:25		Aceito
Outros	anexo_VII.pdf	07/06/2017 17:54:40	LUANA CRISTINA MARCHI DOS SANTOS MULLER	Aceito
Outros	ANEXO_V_3.pdf	07/06/2017 17:53:55	LUANA CRISTINA MARCHI DOS SANTOS MULLER	Aceito
Outros	anexo_I.pdf	07/06/2017 17:53:11	LUANA CRISTINA MARCHI DOS SANTOS MULLER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_II_1.pdf	07/06/2017 17:52:10	LUANA CRISTINA MARCHI DOS SANTOS MULLER	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	07/06/2017 17:50:53	LUANA CRISTINA MARCHI DOS SANTOS MULLER	Aceito
Declaração de Pesquisadores	anexo_IV.pdf	07/06/2017 17:49:48	LUANA CRISTINA MARCHI DOS SANTOS MULLER	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Comite.pdf	07/06/2017 17:47:26	LUANA CRISTINA MARCHI DOS SANTOS MULLER	Aceito
Folha de Rosto	anexo_folha_de_rosto.pdf	07/06/2017 17:46:28	LUANA CRISTINA MARCHI DOS SANTOS MULLER	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

UF: PR

Município: CASCAVEL

CEP: 85.819-110

Telefone: (45)3220-3272

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

UNIOESTE - CENTRO DE  
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.182.793

CASCADEL, 07 de Julho de 2017

Assinado por:  
Fausto José da Fonseca Zamboni  
(Coordenador)

Prof. Dr. Fausto José da Fonseca Zamboni  
Coord. do Comitê de Ética  
em Pesquisa com Seres Humanos  
Portaria nº 3673/2016 - GRE

**ANEXO B**

UNIOESTE - CENTRO DE  
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** POLÍTICAS DE ESPORTE ADAPTADO: UM ESTUDO DA ATACAR - ASSOCIAÇÃO TOLEDENSE DE ATLETAS EM CADEIRA DE RODAS DE TOLEDO - PR (2005 A 2015)

**Pesquisador:** Ireni Marilene Zago Figueiredo

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 69429517.8.0000.0107

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DA NOTIFICAÇÃO**

**Tipo de Notificação:** Envio de Relatório Final

**Detalhe:**

**Justificativa:** Pesquisa concluída e aprovada em banca de defesa/Mestrado em

**Data do Envio:** 06/06/2018

**Situação da Notificação:** Parecer Consubstanciado Emitido

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.752.004

**Apresentação da Notificação:**

De acordo

**Objetivo da Notificação:**

De acordo

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

De acordo

**Comentários e Considerações sobre a Notificação:**

De acordo

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

De acordo

**Endereço:** UNIVERSITARIA

**Bairro:** UNIVERSITARIO

**CEP:** 85.819-110

**UF:** PR

**Município:** CASCAVEL

**Telefone:** (45)3220-3272

**E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

UNIOESTE - CENTRO DE  
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.752.004

**Recomendações:**

De acordo

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

De acordo

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	relatoriofinal.docx	06/06/2018 12:33:19	Ireni Marilene Zago Figueiredo	Postado

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CASCADEL, 03 de Julho de 2018

  
Assinado por:  
Dartel Ferrari de Lima  
(Coordenador)

Prof. Dr. Dartel Ferrari de Lima  
Coordenador do Comitê de Ética em  
Pesquisa em Seres Humanos  
Portaria nº 6519/2016-GRE

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

UF: PR

Município: CASCADEL

CEP: 85.819-110

Telefone: (45)3220-3272

E-mail: cep.prppg@unioeste.br